



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 040

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 040

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios	03
Indicações	03
Requerimentos	04
Projetos de Lei	10
Sr. Heitor	12
Pequeno Expediente:	
Dep. Ney Leprevost	14
Dep. Enio Verri	16
Dep. Antonio Belinati	16
Dep. Péricles de Mello.....	18
Dep. Rafael Greca.....	20
Dep. Luciana Rafagin	20
Dep. Stephanes Júnior	21
Grande Expediente:	
Dep. Jocelito Canto.....	21
Horário das Lideranças:	
Liderança do PP	
Dep. Ney Leprevost.....	14

Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello.....	28
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício	22
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Rosane Ferreira	24
Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni	25
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Claudio Romanelli	28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	30
Discussão/Votação	
3ª Discussão	30
2ª Discussão	30
1ª Discussão	33
Requerimentos	37

Encerramento da Sessão37

Publicações:

Diretoria Geral	
Portarias	38
Atas de Comissões	
Segurança Pública.....	39
Constituição e Justiça	39

DIÁRIO Nº 040

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE ABRIL DE 2010**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva,

Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Edson Strapasson, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin e Osmar Bertoldi (04)

Ausente com justificativa o Sr. Deputado: Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, dando as boas vindas a todos os funcionários aqui presentes. Como se trata do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Paranaenses, tão logo seja lida a Ata e o Expediente, passaremos a palavra ao representante do Fórum, Sr. Heitor, que fará uso da palavra.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 020/10

Curitiba, em 27/04/10.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para informar a V. Exa., que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB indica como membro da comissão que analisará a PEC 064/09, o Deputado Ademir Bier.

Cordialmente

(a) WALDYR PUGLIESI

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 27/04/10.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente na Sessão Plenária do dia 26 do corrente mês, devido ao fato de estar participando de reunião com a

direção da Igreja Presbiteriana Renovada de Curitiba e Ponta Grossa.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente

(a) WILSON QUINTEIRO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 068/10

SÚMULA:

Sugere ao Exmo. Governador do Estado, Orlando Pessuti atenção especial à necessidade de estadualização da estrada municipal que liga o Distrito de Linha Esperança no Município de Prudentópolis aos Distritos de Faxinal da Boa Vista e Ibema no Município de Turvo e Tereza Cristina no Município de Cândido de Abreu.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante o Governador do Estado Exmo. Sr. Orlando Pessuti sugerir que seja estadualizada a estrada intermunicipal que liga o Distrito de Linha Esperança no Município de Prudentópolis aos Distritos de Faxinal da Boa Vista e Ibema no Município de Turvo e Tereza Cristina no Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A estrada em proposição tem as seguintes confrontações e quilometragens: 59 km dentro do Município de Prudentópolis, 20 km no Município de Turvo e 12 km no Município de Cândido de Abreu ligando as seguintes localidades: Linha Anta Gorda, Linha Paraná, São Sebastião, Barra d'Areia, Barra Grande, Alto da Barra Grande, Erval dos Bonfim, Erval Grande, Erval Fraqueza, Ligação, Pimental, Água Quente, Lageado, Jaciaba, Serra da Esperança, Faxinal da Boa Vista, São Francisquinho, Linha Vitorino, Linha dos Macacos, Linha Moreira, Barra da Canoa, Bairro do Jordão, Pelechap, Bairro dos Galvão, Senador Correia, Ivaí Sociedade, Marrecos de Baixo, Marrecos de Cima, Limeira de Baixo, Limeira de Cima, Rio Belo, Poço dos Anzóis, Bairro dos Bino, Lageadinho, Linha Piquiri e Cachoeirinha, beneficiando em torno de 20 mil habitantes. Localizam-se ainda em sua extensão 14 escolas, 1 hospital em ligação e 3 unidades de saúde, sendo que esta população é responsável pelas maiores produções de feijão, gado e maracujá.

A manutenção desta estrada está se tornando difícil pelos Municípios que além de poucos recursos são geograficamente muito grandes, justificando plenamente a solicitação.

INDICAÇÃO Nº 069/10

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a

liberação emergencial de verba para os 34 Municípios atingidos pelas chuvas, no Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado subscrito do presente, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se respeitosamente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar que seja liberada verba emergencial para atendimento aos desabrigados pela ocorrência das fortes chuvas que atingiram o Paraná nos últimos dias, atendendo aos 34 Municípios onde a Defesa Civil constatou a ocorrência de pessoas que tiveram que deixar suas residências.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A indicação solicita a liberação imediata de recursos financeiros para atendimento emergencial aos Municípios paranaenses, a saber: Curitiba, Almirante Tamandaré, Cascavel, Pato Branco, Palmas, Francisco Beltrão, Barracão, Araucária, São José dos Pinhais, General Carneiro, Marmeleiro, Colombo, Vera Cruz do Oeste, Santa Tereza do Oeste, Campo Mourão, Manfrópolis, Chopinzinho, Morretes, Rio Branco do Sul, Prudentópolis, Pinhais, Salgado Filho, Campina Grande do Sul, Bom Jesus do Sul, São Jorge do Oeste, Piraquara, Paranaguá, Irati, Marechal Cândido Rondon, Ceu Azul, Imbituva, Flor da Serra do Sul, Manoel Ribas, União da Vitória e Toledo, que foram atingidos pelas fortes chuvas que ocorreram nos últimos dias, deixando inúmeras famílias sem abrigo e ocasionando diversos prejuízos à população paranaense.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 020/07, item 02 da Ordem do Dia, pois não sofreu emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, a retirada por cinco Sessões do Item 05 - Projeto de Lei 110/10, de autoria do Poder Executivo que disciplina o Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, com o política pública de extensão universitária da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 836/07, por 10 (dez) Sessões, item nº 07, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja incluído na pauta da Sessão Legislativa do dia 27/04/10, a apreciação do Veto Governamental nº 055/09 aposto ao Projeto de Lei nº 505/08, de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A discussão desse veto é importantíssima, vez que o projeto vetado é de interesse da sociedade paranaense, pois tem por objeto a prevenção e detecção precoce de uma doença assustadora, principalmente no meio feminino, já que o sexo masculino também pode ser acometido por tal enfermidade.

REQUERIMENTO Nº 1201-A

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do soberano Plenário, seja marcada a data de 13/05/10, às 20h, na chácara Graciosa, em Londrina, a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Atsushi Yoshii (Lei nº 16472/10).

Requer, outrossim, que a equipe de Cerimonial da Assembleia Legislativa do Paraná seja designada para organizar a cerimônia de entrega do título referido.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Takeshi Oishi, escritor e haikaísta com 86 anos e idade, na Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Takeshi Oishi era filho do Sr. Usaku Oishi e da Sra. Ai Oishi. Chegou ao Brasil no ano de 1936 e em 1950 começa a escrever sobre suas crônicas e informativos/notícias sobre o Japão, nos jornais e revistas. Publicou seu primeiro livro de poesia (haikai) no ano de 2007. Ocupou cargos de destaque em Entidades Esportivas e Culturais nos diversos segmentos, deixando sempre o seu

legado e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade nipo-brasileira. Esta comunidade deve muito a este grande homem.

Takeshi Oishi deixa viúva a Sra. Mitsue Oishi e deixa 04 (quatro) filhos, Satomi Oishi Azuma, Maiumi Oishi, Tetsuo Oishi e Tamotsu Oishi. Deixa ainda 03 (três) netos.

À família enlutada os meus mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Adalto do Rocio Ossovicki, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Valentim de Castro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ari Marcos Venâncio, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Bráulio Lemes Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cirlei Roth, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eliseu Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Elizeu Zambilo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Maciel Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Inack Agostinhack, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Odvaldo Richter, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ladislau Sicorski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Lucia Nalevaiko, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Sebastiana dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Lourenço de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mellita Elli Klein Portela, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marlene Regina Ruffino, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família da Exma. Sra. Nice Braga, ex-primeira dama, falecida em Curitiba.

Nice Camargo Riesemberg nasceu em 20/04/28, em Guarapuava, na região central do Estado, e se mudou para Curitiba com a família. Casou-se com Ney Braga em 1949. O casal teve três filhas, Nice Maria, Denise e Nylcea, além de 19 netos e 24 bisnetos.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Nice Braga, ocorrido no último dia 26/10, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 82 anos de idade a Sra. Nice Braga. Era viúva do ex-Governador Ney Braga. Deixou três filhas, Nice Maria, Denise e Nylcea, além de 19 netos e 24 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Nice Braga.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Nice, endereçada a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual José Muggiati Filho.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 87 anos de idade, faleceu no último dia 25 nesta Capital, o ex-Deputado Estadual José Muggiati Filho. Deixou viúva Dona Margarida T. de Freitas e filho Waldomiro Augusto Muggiati.

Iniciou sua carreira política na Comarca de Arapongas, foi Vereador nos anos de 1951 e 1955, foi 1º Secretário da Câmara e por dois anos foi Presidente da Câmara Municipal, eleito Deputado Estadual na Legislatura de 1971 a 1975 a 1979, eleito pelo PMDB, ocupo vários cargos na Assembleia Legislativa do Paraná, foi Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nos anos de 1973 - 1974 eleito 2º Secretário, foi membro da Comissão de Finanças.

Tombou mais um lutador. A morte em seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracas. Repousa, pois; valente lutador. Que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida muito que sempre fez pelos seus familiares e amigos.

Um vazio imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana. Viver, lutar e morrer. Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que pode repousar tranquilo pois saberão honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que de o necessário conforto aos familiares do nosso amigo Muggiati.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Muggiati endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento do escritor Fernando Silvio Roque de Vasconcelos, ocorrido em Ponta Grossa, neste mês de abril.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A literatura ponta-grossense perde um de seus grandes ícones. Nosso amigo e célebre escritor Vasco, de quem sou grande admirador, vai deixar enorme saudade. Era mineiro de Diamantina, mas foi no Paraná, em Ponta Grossa, que ele escolheu viver há mais de 40 anos. Suas palavras foram publicadas em 15 livros, contando em seu currículo mais de 10 mil crônicas além de premiações

nacionais e internacionais. Atualmente, Vasco era o Vice-Presidente da Academia de Letras dos Campos Gerais (ALCG). Sua literatura também é recheada de contos, poesias, e vários tipos de haicas e trovas.

O escritor enfrentava uma doença grave e nos últimos dias se recolheu ao lado da família, a qual quero deixar toda a minha consideração e conforto nesse momento tão triste.

Requer ainda que seja dada ciência à família, por meio de correspondência a ser encaminhada.

REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Masanari Shibata, agricultor e comerciante com 96 anos de idade, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Masanari Shibata era filho do Sr. Tomizo Shibata e da Sra. Titose Shibata, e era viúvo da Sra. Satiko Aikawa Shibata.

Masanari Shibata, grande conhecedor da Cultura Japonesa, sempre colaborou no Departamento da Culinária Japonesa da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Curitiba, não medindo esforços para repassar aos interesses o seu precioso conhecimento.

Masanari Shibata deixa 12 (doze) filhos, Tokiko Mori, Francisco Massayuki Chibata, Clara Emiko Kazurayama, Paulo Hiroshi Shibata, Sebastião Seiki Shibata, Rosa Ivete Yassuko Rebonato, Luiz Takami Shibata, Tereza Shibata de Souza, Maria de Fátima Shibata Santos, Catarina Shibata, Maria de Lourdes Shibata Costa e Marcos Geraldo Shibata. Deixa ainda 45 (quarenta e cinco) netos, 48 (quarenta e oito) bisnetos e 03 (três) tataranetos.

À família enlutada os meus sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações a Srta. Anne Lise Kozan, 20 anos, pela conquista do título de Garota Country 2010.

Participaram do concurso Ana Flávia Tabini, Dayana Belo, Eloá Demori, Jéssica Guerra, Jéssica Miranda, Karla Borboleto, Rafaela Perroco, Suelen Cartuzo e Tânia Batistioli.

O concurso, que está na sua 23ª edição, abre oficialmente a Expoingá 2010 e Anne Lise vai representar a Expoingá e a Sociedade Rural de Maringá (SEM) até a escolha da Garota Country 2011.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Maringá, Sílvio Magalhães Barros II, parabenizando-o pela indicação ao Prêmio Prefeito Empreendedor.

Esta é a segunda vez que o Prefeito é indicado ao prêmio. Em 2008 Maringá representou o Paraná na etapa nacional.

O Prêmio Prefeito Empreendedor foi criado pelo SEBRAE com o propósito de reconhecer os Prefeitos empreendedores que tenham implantado projetos de estímulo ao surgimento de micro e pequenas empresas em seus Municípios e de identificar e difundir suas melhores práticas.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Operário Ferroviário Esporte Clube, pelos 98 (noventa e oito) anos de fundação, que serão comemorados no dia 01 de maio próximo.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para o Presidente, Sr. Carlos Roberto Iurk.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de voto de congratulações ao jogador Everton Kubiski, mais conhecido por Lisa, por ter sido eleito o melhor lateral direito do Campeonato Paranaense de Futebol de 2010 defendendo o Operário Ferroviário Esporte Clube de Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao homenageado através de correspondência.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Diretoria Executiva do Sindicato dos Engenheiros do Paraná - SENGES, através de

seu Diretor-Presidente do Paraná Sr. Valetir Fanini, pelas comemorações de seu 75º aniversário no dia 06 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1185

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à professora Luciane Cortiano Liotti.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Luciane Cortiano Liotti, natural de Curitiba, casada com o Sr. Ricardo, mãe de Bernardo, é professora de biologia e ciências.

Desde 1990 é professora da rede de ensino estadual, em 2005 coordena a área de Integração das Atividades Curriculares da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, da Secretaria de Estado da Educação.

Também integra o Fera Consciência, na Coordenadoria Pedagógica e Desenvolvimento de Oficinas para professores e alunos, encaminhamento das atividades, nas áreas de Biologia, Ciências e Matemática.

Realizando seus trabalhos com todo empenho que a educação merece, dedicando-se com zelo e com qualidade no desenvolvimento de seus projetos e atendimento a toda comunidade da área da educação no Estado do Paraná.

Pela sua eficiência nos serviços e a atenção dispensada a todos os que necessitam de resoluções aos problemas relacionados ao ensino e à educação no Paraná, proponho esta singela homenagem à Professora Luciane, com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Orlando Pessuti, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, e Carlos Augusto Moreira Junior, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a concessão de um ônibus em favor do Município de São José das Palmeiras, visando o transporte de pacientes.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

São José das Palmeiras necessita com urgência de um ônibus para transportar seus pacientes às cidades vizinhas, de vez que não dispõe de hospital e muitos tratamentos exigem serviços médicos que somente clínicas especializadas ofertam ou mesmo complexos hospitalares situados em Cidades-polos.

Diante do elevado custo de locomoção, o setor de saúde local vem encontrando dificuldades em atender aquela população, e a concessão de um veículo para essa finalidade auxiliará sobremaneira os pacientes, bem como a administração municipal que terá assim reduzido consideravelmente os gastos nessa área de transporte.

REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública solicitando providências para a execução de estudos da possibilidade de transformar a 2ª CIA/14º Batalhão de Polícia Militar em Companhia Independente da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O objetivo da apresentação do presente requerimento baseia-se no Ofício nº 064/10, enviada pelo Vereador José Valdir Linhar, Presidente da Câmara Municipal de Medianeira, informando a aprovação de requerimento, de autoria do Vereador Pedro Ignácio Seffrin, objetivando a transformação solicitada que congrega as aspirações dos integrantes da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando a intermediação junto ao Ministério da Justiça objetivando viabilizar o adicional fronteira, uma gratificação pecuniária para os integrantes da Polícia Militar do Paraná.

O objetivo da apresentação do presente requerimento baseia-se no Ofício nº 055/10, enviada pelo Vereador José Valdir Linhar, Presidente da Câmara Municipal de Medianeira, informando a aprovação de requerimento, de autoria do Vereador Pedro Ignácio Seffrin, tendo em vista que a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai é uma das regiões mais violentas do País, com altos índices de homicídios e um grave histórico de drogas, de armas e contrabando.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, usando dos poderes constitucionais e regimentais que o cargo lhe confere, REQUER, ao Sr. Dr. Carlos Augusto Moreira Junior, Secretário de Estado da Saúde, o atendimento a reivindicação da Santa Casa de Misericórdia do Município de Rosário do Ivaí, conforme segue:

a) Um aparelho de Raio X, uma seladora, um monitor cardíaco e materiais diversos, medicamentos e rouparia;

b) Rosário do Ivaí está entre as 10 Cidades mais pobres do Estado, com IDH de 0,664 e não dispõe de recursos para a Santa Casa;

c) Além disso, existe uma grande distância entre o Município de Rosário do Ivaí e os grandes centros onde existem os hospitais aparelhados para tirarem o Raio X.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, usando dos poderes constitucionais e regimentais que o cargo lhe confere, REQUER, ao Sr. Marco Aurélio Saldanha Rocha, o atendimento à reivindicação do Município de Lobato conforme segue:

a) Encaminha solicitação de doação de material esportivo que servirá para a implantação do Projeto de Integração Social no Futebol Categoria de Base;

b) Material necessário e solicitado: 40 kit's contendo camiseta, shorts e meias;

c) 20 bolas de futebol para treinamento;

d) Em anexo cópia, do ofício e do projeto da Prefeitura.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, usando dos poderes constitucionais e regimentais que o cargo lhe confere, REQUER, à Sra. Lúcia de Mello e Silva Arruda, o atendimento à reivindicação da Primeira Dama do Município de Cândido de Abreu, Sra. Joana Koziel Soares conforme segue:

a) Doação de Roupas e Cobertores, para doação a pessoas carentes daquele Município através da Campanha do Agasalho 2010, "O Frio Congela, a Fraternidade Aquece", através da APMI local;

b) O Município de Cândido de Abreu situa-se entre os Municípios mais pobres do Estado, com IDH de 0,666 de uma população de 18.179 habitantes, 75%, aproximadamente, reside na zona rural, e é constituída de pequenos produtores.

c) Naquele Município, existem 4 comunidades formadas por assentados e uma indígena.

d) Os assentamentos são: Terra e Vida, com 49 famílias; 9 de Junho, com 63 famílias; Vale da Conquista, com 40 famílias; Ilha das Flores, com 32 famílias e, a comunidade indígena Faxinal de Catanduvás, constituída de 112 famílias, compreendendo uma população nativa de 524 pessoas.

e) Lá existem 3.500 famílias cadastradas no Bolsa Família, das quais 2.200 já recebem os benefícios do pro-

grama, o que comprova a extrema carência da população de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 192/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado, o Poder Executivo Estadual, a instalar nos semáforos das Cidades do Estado do Paraná, dispositivos emissores de som com a finalidade de auxiliar os deficientes visuais na travessia das ruas.

Art. 2º O dispositivo de que trata o artigo 1º emitirá um sinal sonoro orientando o deficiente visual de que ele poderá efetuar a travessia da rua.

Parágrafo Único. O efeito sonoro deverá perdurar enquanto o semáforo estiver no sinal vermelho para os veículos automotores.

Art. 3º Os dispositivos sonoros deverão ser instalados nos semáforos das principais ruas e avenidas das Cidades de todo o Estado do Paraná, principalmente os que abrangem a região central e localidades de maior circulação de veículos.

Art. 4º Nos semáforos em que forem instalados os dispositivos sonoros deverá haver na calçada, uma haste com inscrição em braile para que o deficiente visual possa identificar a existência do dispositivo.

Art. 5º O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente lei no prazo de 120 dias.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão realizadas através de convênios feitos pela administração pública estadual com órgãos de iniciativa privada.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto, aprovado pelos nobres Pares, e, transformado em lei, trará uma melhora muito significativa na qualidade de vida das pessoas com deficiência visual.

O presente projeto visa contemplar uma parcela minoritária da nossa população, que constantemente, usam as vias públicas da nossa Cidade para inúmeras atividades, mas são limitados quanto ao direito de ir e vir, pois sofrem da falta da visão, conhecidos como deficien-

tes visuais. Apesar de minoritária o número de deficientes visuais não pode ser ignorados, pois sofrem de imenso constrangimento ao tentar se locomover para atender suas necessidades básicas tendo que recorrer inevitavelmente à ajuda de outras pessoas, sendo visível a indiferença de muitos quanto a estes cidadãos.

Percebe-se claramente que os deficientes visuais são vistos comumente em vários locais de nossa Cidade caminhando em circunstâncias adversas, sofrendo inúmeras dificuldades, procurando direcionar-se no meio da multidão sofrendo devido essa deficiência.

Esta dificuldade deve ser suavizada pelo poder público, pois se faz necessário estender a essa parcela da população possibilidades de enfrentarem o trânsito para alcançarem o destino desejado.

É inquestionável, portanto que nestas circunstâncias, o poder público deve impor como prioridade toda ajuda possível para diminuir estas circunstâncias implantando junto aos semáforos sinais sonoros para esta população em face da relevância, sobretudo do ponto de vista humanitário.

Não temos dúvidas que o Presidente do Executivo sensível aos problemas dos cidadãos fará o que for necessário para atender o presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 193/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a União das Mulheres Líderes Comunitárias de Curitiba - UMULIC, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A União das Mulheres Líderes Comunitárias de Curitiba foi fundada em 08/04/08 e desde novembro de 2009 é declarada de utilidade pública municipal através da Lei nº 13386.

Certificada junto à FAS - Fundação de Assistência Social - da Prefeitura da Capital, promove parcerias com outras entidades e órgãos não governamentais em eventos voltados a assuntos da família, saúde, ação social, educação e no desporto.

Desenvolvendo palestras de apoio e participando ativamente das decisões da comunidade, em especial nas Audiências Públicas relativas à LDO municipal, a UMULIC reúne-se no primeiro sábado de cada mês prestando apoio e auxílio social a todos os que procuram seus serviços.

Por tratar-se de entidade sem fins lucrativos, com toda a documentação (em anexo) devidamente registrada e com os relevantes serviços prestados arrolados na pre-

sente justificativa, solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 194/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Núcleo de Desenvolvimento Educacional e Apoio à Saúde - Núcleo - MAST, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O antigo Núcleo das Mastectomizadas do Oeste do Paraná, que realizou a mudança de nomes para Núcleo de Desenvolvimento Educacional e Apoio à Saúde (Cascavel-PR), conforme demonstrado a sua terceira alteração estatutária, aprovada na sua Assembleia Geral extraordinária do dia 09/06/08.

A entidade, desenvolve seu relevante trabalho, junto a região de Cascavel, procurando orientar a comunidade, quanto a saúde preventiva, procurando dar orientações, como: o câncer de mama, a pressão arterial, a higiene dental e prevenção ao câncer bucal.

Além desta ação a mesma vem atuando junto ao EJA - Educação de Jovens e Adultos, procurando através da educação dar orientações a saúde.

O núcleo existe a 14 anos e neste momento solicita o título de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 195/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os créditos tributários decorrentes da aplicação de multas de trânsito estaduais e taxa de estadia do DETRAN, lançados até o dia 31/12/09, serão parcelados em até 12 (doze) vezes.

Art. 2º A presente lei regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da sua vigência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente no Paraná, centenas de veículos apreendidos pelo Departamento de Trânsito lotam os pátios do DETRAN, CIRETRAN's e outros locais públicos que

servem de depósito de veículos, que na sua maioria não são retirados por seus proprietários em razão de não disporem de condições financeiras para pagar à vista as dívidas relativas à multas estaduais aplicadas e à taxa de estadia.

O parcelamento das multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia, em até 12 (doze) meses, trará benefício para o Estado, que arrecadará esses recursos; aos proprietários, uma vez que um elevado número, por suas condições financeiras estão impossibilitados de quitar o débito à vista, tratando-se muitas vezes de profissionais liberais que necessitam de seus veículos para o sustento das suas famílias, e sem o meio de transporte encontram-se sem condições de auferir renda; ao Órgão de Trânsito, que liberando os veículos terão espaço para abrigar outros veículos apreendidos; bem como àquele cidadão que transita com seu veículo sem portar o licenciamento anual, pela impossibilidade de quitar as multas de trânsito estaduais em uma única vez.

PROJETO DE LEI Nº 196/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido parágrafo 4º ao artigo 2º da Lei nº 16239 de 29/09/09 com a seguinte redação:

“§ 4º Os responsáveis por recintos de uso coletivo, elencados no parágrafo 2º deste artigo, deverão disponibilizar, aos frequentadores, recipientes adequados ao recolhimento das sobras dos produtos fumígenos utilizados nas áreas contíguas e permitidas para tal finalidade.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta justifica-se pelo fato de muitos estabelecimentos não disponibilizam nas áreas de fumantes locais para o depósitos de dejetos, o que vem causando transtornos aos demais cidadãos e aos próximos fumantes.

O tempo de degradação dos filtros na natureza varia de acordo com o local onde foi jogado, podendo variar de três meses a cinco anos. Para a produção do filtro, são necessárias misturas feitas com acetato, ao qual se aplica ácido sulfúrico. Esses componentes são liberados na natureza, misturados à água e à terra, prejudicando o meio ambiente. Outro dano causado pelo depósito desses dejetos no chão refere-se à limpeza pública, já que são lançados nos bueiros pelas águas das chuvas e contribuem para o entupimento dos mesmos.

Dessa forma, demonstrada a importância dos motivos na apresentação desta propositura, solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, declaramos aberta a presente Sessão, dando as boas-vindas a todos os servidores aqui presentes. Como se trata do fórum das entidades sindicais dos servidores públicos paranaenses, tão logo seja lida a ata e o expediente, passaremos a palavra ao representante do fórum, o Heitor, que fará uso da palavra.

Concedemos a palavra ao representante das entidades sindicais dos servidores públicos estaduais, que vai representar a todas as senhoras e senhores aqui presentes, Sr. Heitor.

Sr. Heitor - Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos

O SR. HEITOR

Preliminarmente, queria pedir escusas ao Presidente da Mesa e aos Deputados pelo traje, mas estava em um ato público na frente do Palácio e não deu para me postar como as formalidades exigem!

Aqui está o movimento sindical dos servidores, os 14 sindicatos de servidores na representação de 242 mil servidores no Estado do Paraná em um dia de mobilização e luta. Pela manhã tivemos uma audiência na SEAP, com a Secretária e com a SEPLAN, fizemos um convite ao nosso Governador mas ele tinha uma posse e a “escolinha” e então, não pôde estar lá. Mas, estamos agendando uma reunião com ele e inclusive reivindicando que os Deputados intercedam, eles que nos tratam tão bem aqui, também para que consigamos conversar com o Governador e colocar algumas aflições que temos trazido a esta Assembleia e temos levado ao Governo do Estado do Paraná também.

Uma das coisas que aprendemos neste movimento sindical é nunca ser ingrato. O pior defeito do homem talvez seja a ingratidão. Então, quero reconhecer na Assembleia um espaço que sempre o Fórum das Entidades Sindicais pôde se manifestar, as vezes com críticas, as vezes com contribuições de alteração de legislação, enfim. Mas, quero fazer esse registro principalmente neste momento de aflição por que passamos no Estado do Paraná.

Queria objetivamente colocar aos Deputados e às Deputadas que o Fórum das Entidades Sindicais hoje tem cinco reivindicações, que gostaríamos de colocar e pedir apoio aos Deputados no sentido de sensibilizar o Governo do Estado. Frise-se que o Governo nos últimos cinco anos repôs as perdas, mas o problema é que viemos de uma história de perda salarial muito significativa e isso afeta muito. Mas, queria colocar as cinco principais reivindicações dos servidores.

Temos tido mensalmente uma reunião na Secretaria da Administração, temos sido recebidos pelo Governo e discutido, mesmo com as diferenças políticas e com as diferenças de gestão e encaminhamento que o Fórum pode ter. Nesse sentido, tivemos uma reunião em março em que o Governador Requião estava saindo e, houve um

compromisso do Governo em reajustar as gratificações. Os Deputados sabem que os salários dos servidores são pequenos e as gratificações ajudam muito para que consigamos ter uma condição de vida melhor. E estamos há mais de 10 anos, seja com a gratificação da saúde, seja com a gratificação do sistema penitenciário, seja com a gratificação do sistema do meio ambiente e agricultura, enfim, com as nossas gratificações sem reajuste e tínhamos acertado na SEAP que seria não reajustado na proporção que nós queríamos, que era de 30%, mas que 14,89% havia um estudo da possibilidade de se atender.

Mudou o Governo e aí parou um pouco, porque tinha que conversar com o novo Governador e hoje queremos que o Governo cumpra com a palavra. Não conversamos com o plantonista, porque já tivemos vários Governadores que ocupam o cargo lá mas, conversamos com o Governo do Estado e a nossa relação deve ser perene, independente de quem ocupa, mesmo que transitória ou temporariamente o cargo. E havia um compromisso do Governo de reajustar em 14,89% e hoje falamos isso para a nossa Secretária, a Dra. Maria Marta, que nós entendemos os 14,89% compromissados e que já anunciamos para os trabalhadores do serviço público devem vir. Ela nos diz que está na despesa de pessoal, ela apresentou uma planilha em que está embutido naquelas despesas, mas não sabe quando paga.

Os Deputados podem nos ajudar muito sensibilizando o Governo no sentido que precisa pagar, quitar esse passivo trabalhista reajustando as gratificações do Poder Executivo. Temos certeza, que teremos esse atendimento se cada Deputado hoje se comprometer com o Movimento dos Servidores Públicos em sensibilizar o nosso Governador Orlando Pessuti para que atenda. Se todos os Deputados, o Presidente reivindicar isso ao Governador, tenho certeza que, no dia 20 de maio, que é a nossa próxima reunião, será anunciado. Estou trazendo esse fato e contando com os Srs. Deputados que seja cumprida aquela reivindicação já compromissada com o Governador Roberto Requião e que agora o Orlando Pessuti precisa honrar.

A segunda reivindicação, e a gente ressalta a importância da Assembleia Legislativa, porque aqui veio o reajuste salarial e imediatamente foi aprovado. É pouco sim 5%, mas ajuda. Só que não está dito quando vão pagar. Queria lembrar que no ano passado os 6% aprovado aqui não foi pago na data base de maio, foi pago em junho. O que estamos reivindicando? Vamos fazer justiça. Já que pagou atrasado no ano passado, antecipa-se este ano. Sabemos que a folha de pagamento está concluída. Então, pague em folha complementar. Isso ajudará, com certeza, as famílias dos Servidores a honrar o nosso compromisso maior que é prestação de melhores e mais serviços públicos.

Vocês não imaginam o quanto para nós esse compromisso é sagrado. Prestar bons e melhores serviços públicos é a nossa obrigação. E gostaríamos de cada dia fazer isso melhor. Mas, é preciso que as nossas famílias

não fique aflitas em casa e não transpareça essa aflição para nós. Portanto, o pagamento em folha complementar de 5% é outra reivindicação que trazemos para V. Exas. no sentido de sensibilizar o Governador Orlando Pessuti. E há recurso para isso, o DIEESE aponta 1.62% da possibilidade dos 46,5 antes do limite prudência, são 262 milhões que tem de folga em caixa e que daria para fazer isso. O DIEESE fez um estudo para nós.

A outra reivindicação é a melhoria do SAS. Os Deputados devem ouvir bastante que reclamamos muito do Sistema de Saúde. É claro que defendemos a universalidade! O Sistema Único de Saúde é a nossa meta! Queremos que melhore o sistema como um todo. Entretanto, hoje tem o SAS, que depende de recursos público mais de 100 milhões por ano. E o serviço não está bom. Não precisa alocar mais recurso. Precisa, pelo menos, o Governo recuperar a defasagem e tem que aplicar mais. Mas hoje o grande problema é de gestão. Por quê? Porque o Governo para *per capita*. Cada servidor público, dependendo da região, é 20, R\$ 26.

Vamos fazer o Comitê do Usuário, com a participação dos servidores, e vamos pagar por procedimento, para que o servidor público sinta-se responsável. Também reivindicamos que o modelo de gestão do Sistema de Saúde no Estado do Paraná seja alterado, seja por prestação do serviço. Até porque *per capita* interessa ao dono do hospital, aos médicos, não atender. Quanto menos atender, mais lucro tem. É um modelo burro de gestão, que gostaríamos de alterar.

Essas seriam algumas das principais reivindicações com relação ao atendimento da Saúde. Claro que existem tantos outros, por exemplo, o servidor se deslocar 200 quilômetros de uma regional para ir para outra. A descentralização também seria importante. Têm várias contribuições, mandamos o jornal para os Srs. Deputados no sentido de que ali tem todas as reivindicações para melhorar o Sistema de Saúde.

A quarta reivindicação é sobre as cláusulas sociais. Hoje pela manhã, estava conversando com um pessoal da imprensa e estava dizendo o seguinte: há mais de 10 anos, o auxílio-alimentação no serviço público é de R\$ 50. Reajustem isso! Não dá para comer uma coxinha, porque você tem que barganhar esse preço! Vinte dias dividido por R\$ 50, quer dizer, não dá para se alimentar. Às vezes, tem servidor que despense muito mais recurso para administração usando o carro, ou pagando o ônibus, congestionando tudo. Então, à medida de racionalização, pagar um pouquinho melhor o auxílio-alimentação para os servidores. Sabemos que o auxílio-alimentação para os servidores é importante, importantíssimo, porque isso ajuda que o servidor, melhor alimentado, possa cumprir com aquela nossa obrigação de prestação de bom serviço público à população.

Ao mesmo tempo em que elogiamos o Governo por ter o salário-mínimo melhor do Brasil, dizemos para o Governo: por que não utiliza esse salário-mínimo, que é o melhor do Brasil, para fixar o valor do auxílio-transporte?

Porque aí vale o valor do nacional, que é pouco. Então, estamos pedindo. Olha, se não dá para reajustar no patamar que estamos pedindo, vamos legitimar inclusive o salário-mínimo estadual, aprovado por esta Assembleia, e que é realmente o melhor do Brasil. Então, vamos fazer isso, porque melhora as condições de transporte.

Víamos muito na construção civil, nos companheiros trabalhadores menos aquinhoados, o uso da bicicleta. Vai, hoje, à repartição pública, ver por quê a maioria dos servidores está comprando bicicleta, porque pagando a prestação sai mais barato do que ter que usar ônibus, e mais rápido, em algumas situações, especialmente nas grandes Cidades. Então, reajustar o nosso vale-transporte também é uma condição que não importa, não significa muito e ajuda os servidores públicos.

Por último, a reivindicação que estamos fazendo é a seguinte: tem mais de 50 mil concursados, servidores, trabalhadores que não estão na Administração Pública, que fizeram concurso e que precisam ser chamados. Volto a dizer que a ingratidão não permeia a ação sindical no Estado do Paraná, no sindicato dos servidores. Somos gratos, sim, porque muitos trabalhadores foram chamados via concurso, mas precisamos chamar mais. Não adianta termos 44 hospitais se não tivermos servidores ou tivermos servidores terceirizados, porque custa mais caro para o Estado e paga duas vezes, porque depois tem ação trabalhista. Basta ver na PGE quanto custa asseio, limpeza e conservação, não é? Nesse sentido, estamos dizendo o seguinte: chamem os concursados.

Vou dar um exemplo concreto, para não usar outro, que é da minha casa. O Deputado Cheida não está aqui, mas ele conheceu muito bem essa realidade. No sistema público do meio ambiente, especialmente no IAP, em 1992, éramos em 1 mil e 200 servidores; no ano 2000, éramos em 986. Hoje, neste momento, talvez não tenhamos 500 servidores. Quer dizer, uma diminuição. Isso não é só lá no meio ambiente, porque lá na Saúde tem esse problema. Vocês estão discutindo aqui o efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil, enfim, precisa mais pessoal. Veja, bem na prestação do serviço público não adianta queremos fazer hora-extra, precisa mais gente trabalhando, até porque a população nos cobra e deve cobrar dos Srs. Deputados, também, nas regiões de V. Exas., que precisam de mais servidores.

O que estamos dizendo? Precisamos que esse clamor que temos, que não é injusto, que é justo, que seja efetivado na Administração Pública. Às vezes, se não tivermos as vozes, os sonhos conjuntos com cada Deputado, com cada membro da Assembleia, não conseguimos fazer o sonho maior. Portanto, esperamos e contamos, Presidente, sempre contamos com esta Assembleia Legislativa.

Quero registrar que não somos ingratos, reconhecemos que muitos Deputados têm nos acompanhado, têm chorado junto conosco, mas é necessário mais. Neste momento, é necessário que cada Deputado veja essa pauta e vá conversar com o Pessuti, vá conversar nas

Secretarias, enfim, nos ajudem a concretizar essa nossa pauta, que é simples, não importa em muito recurso, mas é de fundamental importância para os servidores. Então, nesse sentido, deixo essas nossas reivindicações.

E não poderia me esquecer deste momento que passamos, também, e a Casa e o Parlamento passa. Quero dizer que estamos preocupados, Presidente, porque a democracia é fundamental para nós. A ação Parlamentar é fundamental. Temos dito o seguinte: lá no nosso espaço em que trabalhamos, servidor que faz coisa errada tem que ser punido, porque o povo quando nos contrata, contrata para prestar bons serviços.

Então, trazemos esta mesma mensagem: esperamos que a Assembleia Legislativa saia forte disso que está passando. Que a democracia se fortaleça no nosso Estado e com certeza, com a apuração serena, rígida, dos fatos que estão ocorrendo, com certeza a democracia e o parlamento do Paraná serão fortalecidos. É isso que os servidores públicos esperam.

Muito obrigado pela atenção e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência cumprimenta efusivamente, em nome de todos os Deputados o Heitor, que usou da palavra e que como todos os outros servidores terão sempre esta Casa de portas abertas para as suas reivindicações. Que, diga-se de passagem, são as mais justas possíveis. E que eu possa, ter certeza que nenhum dos 54 Deputados se furtará em ajudá-los nessa empreitada.

Quanto ao seu último comentário, que é muito importante para este Presidente, neste momento. Pode ter certeza absoluta e leve para os seus companheiros que esta Casa passa por um momento histórico, sairá fortalecida, e a verdade não ficará debaixo do tapete.

Muito obrigado.

Pequeno Expediente:

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais do Paraná; cumprimentá-los pela sua mobilização e externar não apenas o meu apoio, mas o apoio da bancada do Partido Progressista, composto nesta Casa pela Deputada Cida Borghetti, Deputados Duílio Genari e Antonio Belinati. O nosso apoio a todos os projetos que surgirem em prol de uma melhor remuneração para o funcionalismo público estadual do Paraná. Seja para os funcionários públicos da área de Saúde, com os quais temos mantido diálogo através da Comissão Permanente de Saúde desta Casa, seja para os funcionários públicos da Educação, da Segurança, de todos os setores sem exceção. A praxe do

Partido Progressista, tem sido votar sempre favoravelmente ao longo dos três últimos anos, aos pleitos dos servidores públicos, que precisam ser valorizados. E precisam receber o mesmo tipo de benefício que foi garantido pelo ex-Governador do Estado, com a aprovação de todos nós Parlamentares, para os trabalhadores da iniciativa privada.

Eu folhava aqui, recebi na semana passada uma cópia do jornal do Sindicato dos Servidores Estaduais do Paraná, e olhava atentamente as reivindicações das senhoras e dos senhores. Vi que o fórum está mobilizado em defesa dos servidores da Saúde, vi uma reclamação em relação ao atendimento do SAS na Cidade de Maringá, que os servidores estaduais estão se mobilizando por melhores condições de trabalho, enfim, que os agentes penitenciários tenham reajustes das gratificações, que os servidores da Saúde, e esta é uma luta desde o início do nosso mandato, pleiteiam um Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos próprios da Saúde. Os educadores do Estado estão lutando também, a estimativa é que mais 95% dos educadores aderiram a última paralisação que aconteceu, o Sindicato dos Servidores da Secretaria da Criança e da Juventude também tem reivindicações, enfim, são lutas justas, terão em todos os seus projetos - não tenham dúvidas, já conversei em outras oportunidades com nossos colegas de partido - apoio da bancada do Partido Progressista nesta Casa Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para tratar de alguns assuntos relacionados à Comissão de Saúde. A Comissão de Saúde desta Casa anda com a pauta cheia. Temos várias questões que merecem por trazidas a Plenário e inclusive convocamos para a próxima quinta-feira às 14h30 uma reunião da Comissão de Saúde, na sala das comissões.

Uma das questões que continuamos abordando aqui, Deputada Rosane Ferreira, a senhora que é um membro atuante da Comissão de Saúde é a questão da Gripe H1N1. Hoje ainda todos os jornais de circulação nacional divulgaram que o Ministério da Saúde está receoso porque grande parte das pessoas por todo o Brasil que têm direito a vacina contra a Gripe H1N1, não foram tomar essa vacina. Por outro lado, ao mesmo tempo em que está sobrando a vacina em outros Estados, o Ministério respondeu a um requerimento formulado oficialmente e protocolado no início do mês.

(**Término do tempo**)

Passa a usar o horário da Liderança do PP

... nós pedimos no início do mês ao Ministério, que seja liberada a vacina contra essa gripe para todos os paranaenses, levando em consideração que o nosso Estado, assim como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm condições climáticas peculiares. Talvez, aqui muitos sejam até de regiões do Estado que tenha um clima mais ameno, um clima mais quente, mas quem vem

de vez em quando a Curitiba, quem vem do interior para a Capital, percebe que aqui tem dia que enfrentamos as quatro estações do ano no mesmo dia.

Então, isso acaba fazendo com que muitas pessoas tenham doenças respiratórias como asma, bronquite crônica, rinite alérgica e por isso entendemos que o Paraná e os outros dois Estados do Sul tem que ter um tratamento diferenciado nesta questão da vacina.

Houve uma vitória de uma ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, a Justiça Federal concedeu a liminar, mas o Ministro continua se negando a fornecer a vacina para todos os paranaenses. Defendemos que a vacina deve ser destinada a toda população do nosso Estado, sem exceção.

Vejam por exemplo que no ano passado as escolas ficaram fechadas um bom período, por quê? Porque não queriam que as crianças corressem o risco de se contaminar com a Gripe H1N1 e este ano, por incrível que pareça estão excluídas do plano nacional de vacinação exatamente as crianças na faixa etária que frequentam a escola. As crianças de dois a seis anos não estão incluídas no plano de vacinação.

Então, isso me parece uma incoerência, nós já temos nove mortes confirmadas no Paraná só este ano devido a esta gripe e estamos portanto, entrando com um novo requerimento no Ministério da Saúde e com um ofício junto ao Sr. Presidente da República para explicar a situação do Paraná e para que ele determine ao Ministro da Saúde, Temporão. Que faça um tratamento dentro da realidade dos Estados do Sul. Não se trata de pedir um privilégio para o Sul do País, é uma questão técnica, é uma questão devido a diferenciação climática e aos altos índices de doenças respiratórias no Sul do Brasil.

Ouçó, com muito prazer o Deputado Luiz Claudio Romanelli, que também está nesta luta para liberação da vacina A-H1N1 para todos os paranaenses, principalmente para as crianças em idade escolar.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Primeiro quero parabenizar essa luta que V. Exa. tem travado, ela é absolutamente real porque o mundo real das pessoas é por conta da tipicidade do clima, não só do Paraná, mas da Região Sul e da necessidade das pessoas, pelo menos as pessoas que desejarem possam ter o direito de ter a vacina nos postos de saúde da rede pública.

Digo isso, porque um dos nossos desafios é fazer com que possamos atingir a meta inclusive que estamos muito aquém, no caso das gestantes, por exemplo, só conseguimos vacinar 62% das gestantes que tem o direito de ter a vacina. No caso da população de 20 a 29 anos ainda mais grave, só 52% dos jovens, até por conta desse momento da vida em que se acham inexpugnáveis, ou seja que não são atingidos por nada foram se vacinar, tendo o direito de ter a vacina.

Agora a posição do Ministério da Saúde, eu estive lá junto com o Governador Pessuti, como Secretário Moreira, reivindicando em nome do Governo do Paraná,

da Secretaria da Saúde, da sociedade médica do Estado do Paraná em se ter a vacinação em 100% da população, tenho aqui em minhas mãos, Deputado Ney Leprevost, a estratégia nacional de enfrentamento da segunda onda da Influenza pandêmica H1N1, elaborada pelo Secretário de Vigilância e Saúde, Gerson Pena, que estabelece uma estratégia de vacinar apenas os grupos mais sensíveis e faixas etárias que foram mais atingidas.

Agora está comprovado que o povo paranaense tem 35 vezes mais chance de ter a Gripe A do que uma população, por exemplo, do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste do País, nós somos muito mais suscetíveis! Agora é uma luta dura mesmo e acho que temos de avançar nisso embora tenhamos que reconhecer o ponto de vista formal o Governo federal só conseguiu comprar 100 milhões de doses de vacinas para uma população de 190 milhões e só disponibilizou 90 milhões de vacinas! Agora que a região Sul, não só o Paraná, tem o direito de oferecer à toda a população indiscutivelmente é direito! Agora o Ministério já deve estar tendo o balanço de quantas vacinas mais teremos disponíveis, V. Exa. tem razão de pugnar por esse processo, aliás está vencendo o prazo de 20 dias dado pela decisão da Juíza da 2ª Vara de Curitiba para que o Ministério possa oferecer as doses de vacina para 100% da população dos paranaenses.

V. Exa. está correto, prossiga nesta luta, a sua responsabilidade como Presidente da Comissão de saúde desta Casa é enorme e eu quero aqui, publicamente, em nome do Governo do Estado apoiá-lo neste caminho tão importante que temos que prosseguirão, não só como líder do Governo, mas também como Deputado Estadual aqui nesta Casa.

Era isso, obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado Deputado Romanelli, quero reconhecer o seu esforço, sei que o Sr. esteve junto com o Governador Pessuti e com o Secretário da Saúde, Dr. Carlos Moreira, lá no Ministério, mas sei também que, infelizmente, o Ministro ainda não se convenceu, nós estamos fazendo gestão junto aos Senadores do Paraná, junto a Bancada Federal do Paraná, até porque agora está comprovado que não está tendo uma procura tão grande pela vacina em outros Estados, talvez o Ministro perceba que realmente a necessidade maior e mais urgente é aqui no Sul do País onde o frio está chegando e nós estamos enfrentando enchentes inclusive. Mais de 14 mil pessoas foram desabrigadas o Paraná pelas chuvas fortes do último final de semana. E quero informar também, Sr. Presidente, que protocolamos aqui um projeto de indicação legislativa solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado que seja liberada, e percebi hoje que ele está tomando algumas medidas, isso foi noticiado também hoje pela manhã, nós protocolamos isso ontem pedindo uma verba emergencial para atendimento aos desabrigados devido as fortes chuvas.

Também mantive contato com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo que mostrou-se bastante

receptivo a nossa sugestão, para que seja criada uma linha de crédito especial para que as pessoas que perderam suas casas não só aqui nos Municípios da Região Metropolitana - Colombo, Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande, Almirante Tamandaré, Piraquara, Campo Magro - mas também as pessoas de todo interior do Paraná nos Municípios onde houve problemas com a chuva, para que as pessoas possam reconstruir as suas casas e suas vidas.

Por último, quero registrar que na reunião desta quinta-feira da Comissão de Saúde, nós vamos tratar de um problema seriíssimo que tornou-se uma epidemia, não só nos grandes centros urbanos do nosso Estado, mas inclusive no interior do Paraná, uma epidemia que começa no centro de Curitiba e vai até os canaviais do Norte Pioneiro, que é a epidemia do CRACK. Estamos chamando todas as autoridades da Saúde Pública e de Segurança Pública para defender e para saber quais são as medidas de prevenção à epidemia do CRACK que estão sendo tomadas no Paraná. Essa é uma questão de saúde, principalmente, uma questão de humanismo tirarmos esses jovens das ruas, oferecer tratamento médico, oferecer internação hospitalar. Mas é também uma questão de Segurança Pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O que me traz a Tribuna hoje é um assunto que julgo de extrema importância que vamos votar hoje em segunda discussão, mas que sem dúvida nenhuma marcou a importância do papel da universidade pública aqui no Estado do Paraná, o projeto Universidade sem Fronteiras. É um debate muito antigo sobre o grande desafio da universidade pública, das universidades estaduais, no meu caso como professor da Universidade Estadual de Maringá como ultrapassar os seus muros. Temos nas nossas escolas grandes pesquisas, temos parcerias muito grandes, desenvolvemos teses, teses de doutorado, mestrado, desenvolvemos trabalhos externos muito grandes. Mas sempre com dificuldades de atingirmos a comunidade. Sempre há dificuldade do seguinte: como podemos fazer com que a ciência e sua parte aplicada seja colocada a serviço do povo.

Como que você pode fazer com que os vários departamentos de uma universidade, de uma faculdade pública possam interferir na sociedade e possam mudar a cara de uma região, transformando uma região em pelo menos uma região menos injusta. E sem dúvida esse projeto que foi desenvolvido pela nossa Secretária companheira do Partido dos Trabalhadores a Prof. Lygia Pupato, que foi Reitora da UEL, que foi também Secretária do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Estado

do Paraná, até muito recentemente, quando ela remeteu essa proposta como Secretária ao nosso debate, ela remeteu aqui uma experiência muito bem sucedida, onde as nossas universidades apresentam projetos e eles são avaliados por parceristas extremamente competentes, e a partir da aprovação, esses recursos são encaminhados e esses projetos aplicados nas regiões mais pobres do Estado.

A prioridade desses projetos era a região que chamamos de centro expandido. Esses centros expandidos são 121 Municípios, que nós temos no Estado do Paraná e que tem níveis de pobreza muito piores do que os mais pobres Municípios do Piauí, Acre, Alagoas, mais pobres do nosso País.

Às vezes olhamos pela aparência o Estado do Paraná e achamos que o nosso Estado é perfeito, que não há problemas e que não há miséria. Há miséria sim, há muito desafio a ser feito para reduzirmos as desigualdades regionais.

Muito foi feito por esse Governo e quero fazer um reconhecimento público aqui ao trabalho do Governador Roberto Requião, que tem uma grande qualidade nisso, onde tive a honra de poder participar também.

Esse projeto permite que a gente consiga agregar alguma remuneração aos professores, permite que os alunos tenham alguma bolsa e eles possam se graduar e usar seus conhecimentos nas várias áreas, permitindo uma coisa fundamental que precisamos muito, a construção da cidadania e a inclusão social.

Esse é um projeto que já é modelo no País, é um projeto que a companheira Ligia e sua equipe com o Ministério da Educação, debate isso para aplicar o no Governo Lula e espera também da Ministra Dilma aqui no País, e que vai fazer com que nós tenhamos cada vez mais um Estado cada vez mais justo.

Por isso encerro, pedindo aos colegas Parlamentares de novo que votem aprovando esse projeto, que sem dúvida é de extrema importância para a população mais pobre do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito Deputado Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidoras e servidores públicos que comparecem nesta Casa de Leis. Sejam bem-vindos.

Estou vendo aqui a Folha de São Paulo de hoje, o Ministro da Saúde recomendando sexo para o povo combater a hipertensão.

Estamos encaminhando projeto de lei para ser votado pelos nobres Pares. Se aprovado, sancionado e transformado em lei, o que estamos querendo é que nos pontos estratégicos da cada Cidade do Paraná sejam instalados sinalizadores nos semáforos, que faça barulho que

é para facilitar ao cego, portador de deficiência visual. Tenho contado nos dedos e não enxerguei em todo Paraná mais do que cinco sinaleiros para deficientes visuais.

Essa deficiência visual todos nós estamos sujeitos um dia, ou por uma enfermidade, ou por acidente, sermos vítimas, e temos que facilitar a ida e a vinda, a caminhada dos portadores de deficiência visual.

Diz o nosso projeto: *Autoriza o Poder Executivo a instalar nos semáforos das Cidades do Estado o Paraná dispositivos emissores de som, com a finalidade de auxiliar os deficientes visuais na travessia de rua.*

Nosso assessor Gustavo colheu todos os dados sobre o projeto. Agradeço ao Gustavo, bem como agradeço à nossa equipe.

Sr. Presidente, o servidor público Teodoro Artur escreve: *Deputado Antonio Belinati, gostaria de saber se o Governo vai ou não pagar o aumento a partir de maio.* Boa pergunta. Pena que o Governador Orlando Pessuti viajou há pouco para Brasília, não está assistindo à Sessão. Porque tem dias que o Governador acompanha a Sessão para ver o que acontece nesta Casa de Leis. Hoje o Governador Orlando Pessuti está indo para Brasília, mas sempre tem um assessor acompanhando.

Aqui tem a matéria de Cuba, País que tem um avanço na área da Medicina, principalmente sobre o viti-ligo, alguns avanços na área de Medicina. Mas, sobre a eleição, o Brasil está dando de goleada. O Governo de Cuba está treinando 500 pombos. Pombos! Que vão trabalhar nas eleições de Cuba.

Um alerta às pessoas mais simplórias aqui do Paraná: estão aplicando o golpe do medidor de água. A pessoa chega e diz: “Ó, vou te vender um medidor de água, que você paga e nunca mais vai pagar conta de água para a SANEPAR”. E tem uns coitados, simplórios, que estão caindo no golpe. Como em Iporã, o cidadão pagou R\$ 250 por um medidor, achando que nunca mais fosse pagar.

Está aqui, Presidente, na Folha de Londrina: *Juros inibem ritmo da economia.* Nesta tarde em que recebemos as servidoras e os servidores do Paraná, quero destacar todos os 14 sindicatos, em especial ao coordenador do fórum, Heitor Raimundo, do SINDI/SEAB; a Elaine, do SindSaude; o Cleiton, do SINASBEM, e todos os sindicatos. Estou vendo a pauta de reivindicação desses servidores. Nem todos podem estar aqui, porque estão trabalhando. E muitos estão no interior do Estado. E não é exagero, não. Muitos não têm sequer dinheiro para pegar um ônibus de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Guarapuava ou outra região do Paraná, para vir aqui acompanhar as Sessões. Uma viagem de ida e volta, para não gastar nada, vai gastar de R\$ 250 a R\$ 300.

Quais são as principais reivindicações? Reajuste de 14,89% e incorporação das gratificações retroativas a março; pagamento antecipado do reajuste geral de 5% incidente já neste mês de abril, melhoria do SAS. Estou vendo quanta bronca, e ela se justifica nas servidoras e servidores com relação ao SAS. Isto está, infelizmente,

atendendo pior que a Previdência Social, pior do que o SUS. Agora, não é culpa do pessoal do SUS. É culpa do Governo que não dá uma estrutura melhor de médicos e enfermeiras atendentes. Mas, o SAS, que muitos acreditavam ser o paraíso para cuidar da saúde das servidoras e servidores, há um clima de insatisfação, eu diria em quase 100% das servidoras e servidores. É fila de espera, não acha especialista, eu diria, sem exageros, concordo com o que disse o Heitor: o SAS, infelizmente, está prestando um serviço de baixa qualidade e precisa ser melhorado com urgência.

Quais são as outras reivindicações? Implementação das cláusulas sociais com imediato reajuste, ampliação e restauração do auxílio-alimentação. Pelo amor de Deus! Outro dia fui jantar no Bologna e chegou o Roberto Requião, ainda estava no cargo de Governo. Um jantar no Bologna é R\$ 70 a R\$ 80 por pessoa, e o auxílio-alimentação para o servidor é 50 “merréis” por mês! Por mês! Dá para comprar um salgadinho de segunda classe, de baixa qualidade! Está errado! Tem que dar um auxílio-alimentação compatível com o real custo de vida.

Quais são as outras reivindicações? Vale-transporte e educação infantil, imediata admissão e contratação dos concursados. O vale-transporte, Srs. Deputados, cada vez que o Governador pega a caneta e reajusta a passagem de ônibus no Paraná, ele deveria automaticamente implantar para os servidores e servidoras o reajuste do vale-transporte também. Por que não? Agora, ficar aí seis, sete, oito, nove ou 10 anos sem reajuste no vale-alimentação e e no vale-transporte é um desrespeito, sim, com os nossos servidores e com as nossas servidoras.

E olhem o que está escrito na Folha de Londrina de hoje: *Juros inibem ritmo da economia.* O que quer dizer?

Já está implícito que a qualquer momento vai subir a taxa de juros em todo o Brasil, seja para cheque especial, para desconto de nota promissória, em tudo. E no dia 1º, a partir de sábado, vai subir o salário-mínimo regional, que nós votamos. Então, para os servidores que estão nas galerias e para os demais 241 mil e tantos que estão trabalhando em Curitiba ou no interior do Paraná, a partir de sábado agora o salário de vocês, que já é pequeno, vai encolher ainda mais. E por quê? Não tenham dúvidas de que os supermercados, as farmácias já estão todos com a maquininha para colocar preço novo na comida, no remédio, na roupa, no sapato, em tudo.

Por que todo ano é essa palhaçada com os servidores e servidoras? Nós votamos o aumento aqui e deixamos a critério da autoridade, para fazer política: vamos ver quando vamos dar ou não dar o aumento. Se nós votamos aqui o aumento do piso salarial que entra em vigor no sábado, igualmente o Governo, como bom patrão que deve ser, deveria automaticamente garantir para todo servidor que vai, a partir do dia 1º; também ter esses 5%, que é pequenininho, que é uma porcaria de aumento, mas que, como disse o Heitor, é melhor 5% do que nada.

Sei que muitos servidores e servidoras estão endividados, enforcados com agiota, na financeira, às vezes

empréstimos em consignação sendo descontado no salário. Não é feito, mas pelo baixo salário quantos servidores e servidoras que antes de sair de casa recebem um cobrador na porta, porque o salário está achatado, sim, está muito pequeno e insignificante?

Por isso, Sr. Presidente, considerando como justa essa pauta de reivindicações, fazemos um apelo respeitoso ao Governador Orlando Pessuti, em um gesto de solidariedade, de calor humano aos servidores e servidoras. Tem muita coisa aqui e diria até que esta pauta é humilde demais. Em outros tempos já vi reivindicação bem maior dentro daquela filosofia de pedir 34% porque daí, na discussão e na negociação, talvez consigamos 20%. Bom, isso mostra a dignidade, a seriedade com que esse fórum está conduzindo a pauta de reivindicação. Eu diria que é muito pouco. Ninguém vai ficar rico com o atendimento desta pauta, não! E olhando na porta das repartições públicas, vemos muitos servidores às vezes com um carrinho meio velho, às vezes com uma moto, às vezes ele acorda de manhã até sem o dinheiro para pagar a passagem de ônibus, às vezes é o servidor que sai de casa muitas vezes escondido da esposa, de manhã, porque se a esposa vê que ele está indo para o trabalho ela vai perguntar se ele não vai deixar dinheiro para comprar mistura para o almoço, é o filho que pede dinheiro, é cobrador, é empréstimo, é endividamento, mas temos que destacar, acima de tudo, a competência, o amor, a dignidade, o carinho, o empenho que cada servidor público do Paraná tem. Diria até que é para todo Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, com a bênção de Deus e o carinho do povo, porque aqui ninguém chega a Deputado se não tiver apoio do povo - e creio que não vai haver um Deputado que venha trair a confiança dos servidores - que não estiver solidário com as reivindicações de vocês, que são as mais justas, não tenho dúvida que são as mais justas, não tenho dúvida, o servidor tem parente, tem amigos, tem poder de fogo também e a resposta é natural de democrática, e tendo Deus como testemunha estará nas urnas elegendo os novos Deputados, Senadores, Governador e Presidente do Brasil. Portanto, quem não quiser voltar para casa derrotado, e é a pior aposentadoria que tem quando nos candidatamos e o povo diz não, aí vem a desculpa que a eleição estava muito difícil; o povo é ingrato. Mentira! O povo carrega no coração e na alma aquilo que consideramos mais importante, que é a gratidão.

Então, aquele que tiver, terá sempre o respaldo, independente de voto, porque é nosso dever e nossa obrigação, e é uma causa justa. E cabe a todos nós, sim, apoiarmos essa pauta de reivindicações, na esperança de que um dia o servidor não tenha que sair do seu bairro, da sua Cidade e correr atrás de autoridade, agradecer autoridade para ver se vai dar ou não o benefício que o servidor tem direito. Acho que é direito e deveria ser concedido automaticamente.

Encerro dando a nossa solidariedade, agradecendo a Deus pelo trabalho de cada servidor, e na certeza de, se

essa pauta foi atendida, nenhum servidor ficará rico, mas pelo menos vai poder oferecer à sua família um padrão de vida mais humano, mais compatível com suas reais necessidades.

Servidores, contem com meu apoio, e que todos os Deputados estejam unidos, apoiando os nossos servidores e servidoras do Estado do Paraná. Vocês merecem!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência anuncia a presença do Vereador Cachi de Assis Chateaubriand. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero inicialmente saudar o Vereador Tato de Guaratuba, nosso companheiro do PT, também o Vereador Sérgio Braga e o Vereador José Carlos Jóia do nosso Litoral. E saudar todos os servidores aqui presentes neste dia de luta, de organização que deve ser saudado por todos nós.

Principalmente quando nosso País vive um momento extraordinário na sua história. Todos os analistas econômicos entendem que o Brasil vai crescer mais de 5,5% este ano. Alguns acham que vai superar 6%. Que esse crescimento será um crescimento permanente, a longo prazo. Mais a descoberta do pré-sal. Também a expectativa que em 2015, o Brasil se transforme na 5ª economia do mundo. Em períodos como este são importantes as lutas distributivas. Sabemos pela experiência na nossa história que apenas o crescimento econômico não basta. Crescemos muito, chamado o milagre brasileiro no regime militar, mas como não havia liberdade de organização, liberdade sindical esse crescimento se concentrou nas mãos dos mesmos sempre.

E o nosso povo, na chamada modernização conservadora, continuou participando de uma sociedade cruel e desigual. Então, parabéns aos servidores! É um novo momento para o sindicalismo por meio da luta, da conscientização permanente. É como uma linguagem nova que faça frente a este momento da nossa história que os servidores vão avançar.

Sempre tive particularmente uma ligação muito forte com os servidores. Acho que posso ter cometido muitos erros como Prefeito de Ponta Grossa, mas um erro que eu certamente não cometi foi na minha relação com os servidores, que é uma relação muito carinhosa, até hoje, pelos avanços que eles conquistaram no nosso Governo. Então, parabéns a vocês pelas lutas, continuem assim. Os trabalhadores têm que se organizar para que o crescimento brasileiro, neste momento histórico, seja acompanhado por distribuição de renda e avanços sociais. Parabéns a todos vocês e contem não só com o meu apoio pessoal e particular, mas de toda bancada do nosso partido. O Partido dos Trabalhadores que nasceu justa-

mente da luta dos trabalhadores e do sindicalismo mais avançado no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a esta tribuna para levantar mais uma vez a minha voz contra mais um crime bárbaro que está prestes a ser cometido contra Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais. Ponta Grossa é uma Cidade muito particular. Um parcela das elites ponta-grossenses, ao longo da nossa história, foi muito cruel. Eles sempre olharam para Cidade como objetivo de lucro puramente, não tiveram uma visão mais profunda sobre o universo maravilhoso de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais. Hoje, mais uma vez, setores dessas elites tentam criar um aterro privado na região mais bela de Ponta Grossa, na região da escarpa devoniana, muito próximo do Parque Nacional dos Campos Gerais, uma região que tem as principais atrações turísticas da Cidade, as mais tradicionais, as mais ligadas à história do seu povo.

Um aterro de 3 mil toneladas de lixo por dia, quando a Cidade coleta apenas 160 toneladas de lixo por dia. Um aterro encravado entre o rio Verde e o rio São Jorge do balneário Rio Verde, a 200 metros da margem do rio Verde, próximo do rio São Jorge, uma região que temos a cachoeira da Mariquinha, as frutas secas e a passagem do segundo para o primeiro planalto paranaense. Um aterro na região do balneário Rio Verde que eu fiz um parque quando fui Prefeito. O Deputado Jocelito sabe muito bem, pois, na sua época, milhares de pessoas visitavam o Capão da Onça, o Buraco do Padre. Então, não é possível tanta insensatez, tanta falta de sensibilidade pelo interesse privado.

Quando fui Prefeito, consegui o acompanhamento técnico, definimos três áreas alternativas para fazer esse aterro, que é necessário. Infelizmente, a atual gestão colocou numa gaveta o estudo que fizemos e o dono da empresa que faz a coleta de lixo, pelo fato de ser proprietário de uma fazenda às margens do rio Verde, nessa região tão bela, resolveu fazer o aterro sanitário ali. E mais que isso, em Audiência Pública, realizada no passado, na Câmara, com a presença do Deputado Cheida e da Comissão de Meio Ambiente, o proprietário da empresa falou com todas as letras que vai fazer, primeiro, o aterro sanitário e, logo ao lado, um aterro para o lixo industrial, porque isso vai fazer com que muitas indústrias de Curitiba que não tem onde colocar seu lixo vão a Ponta Grossa, e do lado do aterro no lixo industrial fará um novo distrito industrial da Cidade.

Ponta Grossa é uma Cidade que, sem dúvida, tem como principal vocação a indústria. Uma Cidade de encontro de caminhos, um entroncamento rodoferroviário muito importante do Sul do Brasil. A indústria pode ter um novo distrito lá sim, mas não nessa região. Os estudos comprovam que 2/3 do território ponta-grossense pode muito bem receber um aterro, menos essa região belíssima onde será colocado o Parque Nacional dos Campos Gerais. No entanto, como ele é proprietário da área, claro, uma área agrícola se transformando em área

para distrito industrial vai valer 10 vezes mais cada hectare de terra, e eles vão ganhar muito dinheiro destruindo o patrimônio natural e cultural da nossa Cidade, que já tem tantas coisas distribuídas.

Ponta Grossa tinha um patrimônio histórico dos mais belos do Paraná, dos mais homogêneos, tudo foi praticamente destruído. Agora mesmo, tínhamos a Madeireira Wagner, uma das muitas empresas localizadas próximas à antiga ferrovia, como era natural no começo do Século XX e, depois, em meados do Século XX. A atual gestão, apenas preservou a chaminé e destruiu tudo. A nossa cervejaria do começo do Século XX foi destruída; os casarões de Ponta Grossa. A região mais bela agora, um aterro sanitário e um distrito industrial que pode ser colocado muito em outro lugar.

Começamos através dos estudos da Cidade Viva (sic) uma luta e uma campanha chamada Salve o Rio Verde. Já comecei a percorrer as escolas do ensino médio, dar palestras sobre esse tema. Muitos professores da Cidade de Ponta Grossa, movimentos ambientais, uma grande parte da Cidade se levanta contra esse crime. Inclusive, a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa é contra; a Associação de Leigos da Igreja Católica, a OAB se levanta também. E nós, vamos percorrer as ruas de Ponta Grossa mais uma vez nas escolas, conversar com as pessoas para impedir, usar de todo o nosso esforço, de todo nosso empenho para impedir esse bárbaro crime ser realizado contra Ponta Grossa.

Inclusive, na quinta-feira, o Governador Orlando Pessuti estará na UEPG no campo central, e estaremos lá conversando, vamos fazer uma audiência com o novo Secretário do Meio Ambiente, o Presidente do IAP, para que o IAP volte atrás na sua deliberação, permitindo de forma completamente equivocada, que o aterro fosse construído naquele local. Quando o IAP realizou o estudo, na época que eu era Prefeito, foi um estudo impeditivo, mostrou de forma clara que aquela região do nosso território não pode receber um aterro sanitário dessa natureza.

Queremos que o IAP, volte atrás, faremos recurso se necessário for ao próprio Governador do Estado do Paraná, mas não podemos aceitar, repito, estaremos todos unidos, que esse crime por interesses particulares seja perpetrado mais uma vez contra Ponta Grossa, a sua natureza e a região dos Campos Gerais.

Os jornais começam a mostrar novas etapas dessa luta. Por exemplo, no jornal de hoje, uma manchete: *Liminar determina a suspensão das obras do aterro da PGA. O advogado Márcio Natal entrou com uma ação por entender que a continuidade das obras depende da aprovação do CONDEMA.* Um absurdo! O nosso CONDEMA aprovou, por um voto, a possibilidade do aterro naquela região. Mas, o Presidente não foi eleito de forma correta, alguns advogados entraram com uma ação na Justiça e ganharam, então agora o Juiz deu um prazo, e logo, logo vai impedir a continuidade até que o CONDEMA, de uma forma legal, aprove o parecer.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Há também Vereadores na Câmara, o Vereador que hoje é o Presidente da Câmara, o Alessandro, teve grande papel nessa luta e está apresentando uma emenda a um projeto de lei que dispõe sobre a coleta de lixo, tentando extinguir a importação de resíduos sólidos entre os Municípios, porque a suposição que temos é que esse aterro está destinado a receber lixo não só de Ponta Grossa, é óbvio. Ponta Grossa coleta 160 toneladas/dia. O aterro tem um potencial para 3 mil toneladas/dia. O objetivo desse aterro é recolher o lixo de Curitiba, de praticamente todos os Municípios dos Campos Gerais, pelo potencial que ele está sendo aprovado.

Então, muitas vezes se levantam, se mobilizam para impedir que o aterro aconteça naquele local, e estaremos permanentemente usando esta tribuna até que tenhamos uma vitória.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou requerendo votos de pesar pelo falecimento do escritor Fernando Silvio de Vasconcelos, ocorrido em Ponta Grossa neste mês de abril. Uma figura muito amada pelo povo de Ponta Grossa, servidor público municipal por muitos anos, uma vasta obra literária publicada, poemas, contos e crônicas. Uma pessoa que tinha grande sabedoria, iluminava todos aqueles que conviviam com ele, muito ligado à família, muitos filhos e muitos amigos. Foi um dos fundadores da nossa Academia de Letras dos Campos Gerais e atualmente era o Vice-Presidente da Academia. É uma grande perda para Ponta Grossa e os Campos Gerais. São as contradições; num momento em que uma elite pensa apenas em enriquecer cada vez mais, destrói parte da Cidade, nós perdemos uma figura tão maravilhosa como Fernando Vasconcelos. E eu aproveito esta tarde para falar um pouco sobre ele e pedir a aprovação desse requerimento de voto de pesar pelo seu falecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência tem a dolorosa missão de cumprir e noticiar o falecimento, hoje, de uma das mulheres mais importantes do nosso Estado, a Dona Nice Braga, esposa do Governador Ney Braga.

A razão de estar presidindo a Sessão aqui é de não estar lá na sua última despedida, mas Dona Nice, além de uma amiga da família, bem como seu marido Ney Braga, são pessoas que fazem parte da história do nosso Estado e que servem de orgulho para todos nós.

Que a Dona Nice se encontre com o Ney e estejam realmente num lugar muito feliz no dia de hoje.

Não podemos aqui, pela nossa legislação, decretar luto por três dias. Cabe ao Palácio Iguazu. Mas esta Assembleia sente-se realmente enlutada pela perda da Dona Nice Braga no dia de hoje.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

O Governador Orlando Pessuti decretou luto oficial por três dias. Eu estava no Palácio agora há pouco e vi quando ele mandou lavrar o decreto. É uma homenagem justa e merecida a essa ilustre dama paranaense, que foi grande e foi nossa, mulher do Prefeito de Curitiba Ney Braga desde 1949, depois mulher do duas vezes Governador, duas vezes Ministro, duas vezes Senador da República e um dos insignes paranaenses a quem devemos a criação do BADEP, a criação da SANEPAR. Mas mais do que tudo Dona Nice foi sempre muito discreta, muito precisa na sua solicitude com os mais pobres, haja visto o número de casas de caridade e promoção social que tem o seu nome, entre elas a Escola Maternal e Creche Nice Braga, no bairro de Santa Quitéria, na nossa Cidade, que era a menina dos seus olhos.

Possam os anjos velar de Dona Nice o sono com cânticos de glória!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço, Deputado Greca. Desconhecia o ato do Governador Orlando Pessuti e em boa hora, portanto fica decretado o luto oficial por três dias no Estado do Paraná.

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero dar a minha saudação especial a todos os servidores públicos do nosso Estado do Paraná que estão aqui nesta tarde, de uma maneira especial saudar a direção do fórum sindical, sabemos o quanto é importante esta luta e o que representa para todos nós um sindicato. Sabemos que é nossa ferramenta de luta e que só obtemos conquistas a partir do momento que estamos organizados e sentimos o fórum bastante unido em todas as suas reivindicações, e aqui, como o Presidente da Casa já mencionava, queremos aqui reforçar que vocês têm, com toda certeza, o nosso apoio em todas as suas reivindicações. São reivindicações justas, desde a questão do reajuste salarial, a questão dos 5% no repasse já imediato, entendemos que é muito importante e traz um grande significado na vida de cada servidor.

Também é necessário, como disse aqui o Heitor, e quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, é necessário que seja discutida imediatamente a questão do auxílio-alimentação, que está bastante defasado, e sabemos que isso é muito importante para os servidores e o valor está bastante defasado.

Sabemos da boa vontade que tem o Governador Pessuti e também sabemos e queremos reconhecer, como disse o Heitor, dos avanços que as nossas categorias tiveram no Governo Roberto Requião, e agora, tenho certeza que vai ser possível essa negociação também com o Governador Pessuti.

Também reforçamos aqui que amanhã acontece a Audiência Pública dos servidores da Saúde com relação ao PCCV, a partir das 08h30 no plenarinho desta Casa, a pedido do Deputado Cheida, e tenho certeza que vamos sair dessa Audiência Pública com grande avanço para o pessoal da Saúde naquilo que se refere ao PCCV.

Sr. Presidente, só reforçando então que o servidor público conta com o nosso apoio, apoio da Bancada do PT, e também, queria aqui parabenizar a Deputada Rosane que preside a Comissão da Mulher, da Criança e do Adolescente, e tem feito um trabalho brilhante, na manhã de ontem, junto com uma comissão de mulheres, solicitou uma audiência junto a Primeira Dama, a Regina Pessuti, na qual a reivindicação ficou bastante focada na reativação do Conselho Estadual da Mulher e também na criação da Secretaria Estadual da Mulher.

Tem algumas coisas que nos deixam bastante assustadas e precisam muito do Estado: ter uma Secretaria que volte toda a sua atenção à questão da mulher. A questão da violência, que foi um assunto bastante abordado ontem, nós só vamos amenizar e superar um pouco do que acontece com a mulher se tivermos uma Secretaria que realmente funcione e que possa ter algumas ações como a discussão desses encaminhamentos nos Municípios, na questão da criação de casas de apoio. Nós sabemos que o Estado não tem condições e não vai criar uma casa de apoio em cada Município, mas nós sabemos que essa discussão pode acontecer nas regionais, nas microrregiões dos Municípios e os Municípios estarem unidos e criarem a casa de apoio à mulher vítima da violência. Isso é muito importante porque infelizmente temos muitas companheiras que perdem suas vidas, muitas vezes dentro de casa e na rua. É importante que se crie a Secretaria da Mulher e que ela dê uma atenção especial à violência que acontece com a mulher.

Outra discussão que foi focada também foi a aposentadoria da dona de casa, já houve um avanço, isso já está aprovado na nossa Constituição, a PEC já foi aprovada, agora aguarda regulamentação, mas é preciso muito a força, muita organização para que a regulamentação realmente aconteça e que as donas de casa possam ter o direito de ter aposentadoria.

Estas são algumas das reivindicações colocadas ontem que com certeza a Secretaria da Mulher vai tratar, a violência, a questão da saúde da mulher, a aposentadoria, a questão do crédito para mulher são algumas das ações que se pretende levar na luta das mulheres, do Conselho Estadual e da Secretaria da Mulher. Parabéns Deputada Rosane pela iniciativa e tenho certeza que vamos avançar e bastante na luta e na defesa das mulheres do Estado do Paraná.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito Sr. Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Subo à tribuna hoje para tratar de um assunto que já foi abordado por alguns Parlamentares. É o falecimento da Nice Braga, que foi esposa do Ney Braga, nosso ex-Governador. A quem conheci ainda criança e tive nela um exemplo de mulher trabalhadora, dedicada, uma mulher distinta e que muito fez pelo Paraná. Ela foi quem criou a PROVOPAR junto com seu marido Ney Braga. Hoje no Paraná em todas as Cidades existem a PROVOPAR e normalmente a primeira dama é quem trabalha lá fazendo trabalhos pela comunidade mais carente. Ela que começou isso no Paraná, foi ela que atendia com programas de inverno com cobertores, quando tinha algum problema de enchentes ela que solicitava móveis para as pessoas carentes, ela que cuidava das creches do Paraná.

Era um trabalho voluntarioso e sempre procurando ajudar os mais necessitados. E por coincidência no dia 15 de abril fez 30 anos de criação da PROVOPAR. E ela veio a falecer ontem dia 26 praticamente no aniversário do PROVOPAR, um trabalho muito bonito que ela fez. Muito respeito ela e o seu marido Ney Braga que muito fizeram pelo Paraná. Venho me solidarizar com a sua família lamentando o seu falecimento, uma pessoa a quem prezava e fez muito pelo Paraná. Só lamentar e saudar a sua família, que era uma pessoa digna e tenho certeza, porque acredito em Deus, que ela está lá.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Segundo tenho acompanhado pela imprensa há os que gostam de mim e os que não gostam de mim, mas tem muitos que gostam que eu falo de improviso. Não vou escrever para falar, falo o que a cabeça está mandando.

Mas hoje queria registrar aqui, que no próximo dia 1º o nosso Operário de Ponta Grossa, o nosso time completa 98 anos. E aqui prestar uma homenagem a esse que sem dúvida nenhuma é um dos grandes clubes do interior do Paraná e que no sábado completa quase 100 anos, 98 anos. Uma história bonita, a história da 1ª partida de futebol realizada em Ponta Grossa com os operários e o Operário realizou a 1ª partida de futebol no Estado do Paraná. A nossa homenagem ao Operário através do Presidente Carlos Roberto e ao grupo gestor, que lá comandou nosso time e nesse campeonato chegamos em 5º lugar, para quem estava na 2ª divisão alcançamos o 5º lugar e ainda

estamos na Série B desse ano. Por outro lado, destacar aqui também que um dos atletas do nosso Operário é o Lisa, lateral direito que foi escolhido pela grande imprensa paranaense como melhor lateral direito desse Paranaense 2010. O Lisa era lateral do Operário até a semana passada e agora foi emprestado ao Atlético Paranaense como jogador do Operário. É um menino que nasceu em Piraí do Sul e que se criou em Ponta Grossa. Ao longo de sua vida sempre teve uma vida regrada de muita disposição ao esporte. Temos a satisfação de ver que esse menino nasceu de um projeto nosso quando Prefeito, chamado Projeto “nosso campinho”, que nós preparávamos os meninos dos bairros através dos campinhos de futebol.

Tem Prefeito que adora fazer obras grandes para marcar o nome, eu quando Prefeito fiz a construção de 10 ginásios de esportes mini e que foram colocados em pontos estratégicos da Cidade de Ponta Grossa e que até hoje estão lá. Naquela época preparavam os meninos para ser o que o Lisa é hoje. O Lisa ontem, ao receber o troféu da Banda B e da Kaiser, dizia a mim, que esse era o segundo troféu que ele recebia. O primeiro foi quando ela foi campeão quando menino do projeto “nosso campinho”.

Fico feliz quando eu, como Prefeito, além dos processos que tem que responder, também tem alguns troféus que passam para gente.

Quero cumprimentar em nome desse Parlamento, esse menino que é de um bairro de Ponta Grossa, humilde, simples e que já fez a sua primeira partida pelo Atlético. Jogou a partida bem difícil e jogou com o dedo quebrado. No treinamento ele quebrou o dedo, mostrando a sua garra, a sua determinação e vontade de participar do jogo.

É um menino de garra, muito amor e haverá de ser grande sucesso no futebol do Brasil.

Finalmente Sr. Presidente, estou à disposição do Deputado Pedro Ivo não estou vendo V. Exa. aqui. Estou à disposição para ser ouvido pelo Conselho de Ética desta Casa porque me disse o Deputado Pedro Ivo que entrou um pedido contra mim feito por um Deputado por decoro parlamentar.

Aquela questão do caixa dois, um Deputado se ofendeu e requereu ao Conselho de Ética que tem como Presidente o nosso Deputado Pedro Ivo, que me comunicou que recebeu um pedido oficial para que se abra processo de investigação em cima de mim, porque falei do caixa dois.

Estou à disposição para ser ouvido e o mais rapidamente possível, se quiser hoje, estou à disposição para falar sobre isso. Quero trazer testemunhas de fora desse caso. É um processo bacana. Estamos vivendo um momento maravilhoso para se cassar um Deputado por decoro Parlamentar. Quem sabe seja eu para começar.

Mais uma vez digo ao Deputado Pedro Ivo, que estou à disposição. Não vos esqueceréis, aquelas palavras Bíblicas: “*Que quem não tiver pecado que atire a primeira pedra*”. É a frase mais importante da Bíblia não atire a primeira pedra. Cuidado quando você acusa os outros se você não tiver telhado de vidro.

Estou à disposição para falar do tão temido caixa dois, que não existe. Só se vê as vitórias dele na eleição. Às vezes até se vê o caixa dois por aí, já se viu visivelmente.

Esta é a grande pergunta: daonde ele vem. Mas, quem sabe, quando se abre um processo de investigação, quando elas se aprofundam, possamos até tratar deste tema. De repente você descobre, investigando, o fio da meada, que alguém já fez isso ou que alguém recebeu dinheiro para fazer aquilo. Nas investigações, puxa daqui e puxa lá, e de repente você encontra.

Então, estou à disposição para esta questão, do nosso Deputado Pedro Ivo. A hora que ele quiser, estou pronto. Se quiserem me cassar o mandato, fiquem à vontade. Não tem problema nenhum. Este momento é um momento bom para ser cassado, porque falou em caixa dois.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças. Concedemos a palavra ao Bloco PPS/PMN, Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lideranças que acompanham nossa Sessão, hoje, e também um momento especial às pessoas que acompanham pela TV SINAL, a TV da Assembleia Legislativa, que leva ao vivo o trabalho dos Deputados aqui da Assembleia Legislativa.

Deputado Valdir Rossoni, chegaram algumas informações e estou trazendo à tribuna para os demais Deputados acompanharem isso e quem puder e tiver mais contato lá, dar mais uma investigada, a SANEPAR está fazendo um seguro para blindar muitas de diretores, uma coisa assim. Só estou deixando no ar porque vamos fazer uma investigação, um pedido de informações, para saber o que está acontecendo. Ouvi algumas informações pela imprensa, mas também não quero divulgar, ainda, totalmente estas informações, até porque preciso me certificar da veracidade destes fatos. Vou estudar, aqui, e se algum Deputado tiver alguma sugestão, acolho a sugestão com prazer, para poder apresentar este requerimento ou pedido de informações para sabermos o que é esta história do seguro que a SANEPAR está fazendo para blindar sua diretoria, com relação a algum tipo de multa que possa ocorrer. Já andou acontecendo umas multas, lá. Ou será que a SANEPAR, a diretoria, não comete erros? Então, faremos estas investigações, esta pesquisa, para podermos esclarecer à população do Paraná.

Quero trazer também uma notícia, porque acompanhando a imprensa, sobre um projeto. O Rubens Bueno foi candidato a Governador pelo PPS, na eleição de 2006. Eu, que sou do PPS, fizemos a campanha em aliança com PFL, na época. E dentre as propostas, tinha uma proposta do PPS, que fazia até um desenhinho bonito para apresentar na televisão, que era da construção de um alcoolduto. Havia o desenho, certinho, mostrava no programa eleitoral.

E agora, estou vendo a notícia lá do jornal o Diário do Noroeste, do dia 20 de abril de 2010, que traz a seguinte informação: *Alcoolduto vai ligar Maringá a Araucária e ao porto de Paranaguá.*

(Lê):

Curitiba até 2014 o Paraná deve ter alcoolduto de cerca de 500 quilômetros para escoamento de álcool ligando Maringá ao centro de distribuição em Araucária, na região de Curitiba, e ao porto de Paranaguá. Depois de uma série de tratativas que envolveram vários setores, nos últimos anos, ficou definida na última sexta-feira, dia 16, na sede da ALCOPAR - Associação dos Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná em Maringá, a constituição das empresas CPL Holding e CPL Logística, que serão responsáveis, respectivamente pela montagem e a operação do canal.

A primeira empresa é constituída pelas 21 indústrias paranaenses associadas à ALCOPAR, que além de investirem no negócio, assumiram o compromisso de viabilizá-lo economicamente um período de 20 anos. Da segunda empresa fazem parte alguns investidores, entre os quais operadores de terminais como a CPA Trading S/A, a Cattalini Terminais Marítimos e a própria CPL Holding.

O Governo do Paraná, também anunciou que pretende ser parceiro, mesmo com o empreendimento totalmente privado. “Nada impede que outras empresas interessadas venham somar conosco”, afirma Anísio Tromena, Presidente da ALCOPAR. Segundo ele, a obra terá início assim que houver a obtenção de licenças ambientais, nos próximos meses.

O investimento total estimado é de R\$ 1 bilhão, dos quais 10% já foram integralizados pelos investidores, sendo que o alcoolduto terá capacidade para escoar 4 bilhões de litros por ano, número que eventualmente poderá ser revisto, conforme informou Tormena, adequando-se os volumes de acordo com o crescimento da demanda até o início das obras.

O Presidente da ALCOPAR, informou que a próxima etapa será formalizar as bases da parceria com as estatais COMPAGÁS e COPEL que devem participar do projeto compartilhando a faixa de servidão, por onde passará o duto, após levantamento topográfico. A COMPAGÁS vai escoar gás e a COPEL pretende construir uma linha com fibra ótica.

A discussão para a constituição do alcoolduto teve início há mais de cinco anos e a linha ligando Maringá/Araucária/Paranaguá, será apenas a primeira etapa do projeto segundo Tormena. A proposta e dar continuidade à estrutura, num segundo momento, para atender também o Mato Grosso do Sul.

Estruturas de apoio já estão prontas: como parte da logística de apoio de alcoolduto já existem estruturas prontas em locais estratégicos. Entre Sarandi e Marialva, Municípios vizinhos a Maringá, a CPA Trading S/A, que pertence ao setor de sucroenergia do Paraná, construiu um terminal de 168 mil com capacidade para armazenar 100 milhões de litros de álcool em 17 tanques e 200 mil toneladas de açúcar em dois armazéns. A unidade vai levantada às margens da ferrovia que liga Maringá ao porto. Está prevista, para os próximos anos, a ampliação para 200 milhões de litros de álcool e 500 mil toneladas de açúcar.

Por outro lado, a CPT Trading inaugura até o final do primeiro semestre a outra parte de sua estrutura, no porto de Paranaguá. São oito tanques com capacidade para 54 milhões de litros. Há também instalações particulares de transbordo da Usina Santa Terezinha, em Maringá.

No porto de Paraná o setor conta com a operação da Álcool do Paraná, um terminal portuário público exclusivo para embarque de álcool, dotado de sete tanques para armazenar 37,5 milhões de litros de álcool. Por sua vez, a Cattalini Terminais Marítimos possui 85 tanques com capacidade para 278 milhões de litros. (Flamma)

Paraná é o terceiro maior produtor: na safra 2009/10, terminada oficialmente em março, as 30 indústrias paranaenses produziram 1,9 bilhão de litros de álcool, volume que ficou pouco abaixo dos 2,046 bilhões da safra anterior (2008/09). O Estado, que é o terceiro maior produtor nacional, atrás de São Paulo e Minas Gerais, responde por 13% das exportações brasileiras do produto, que no ano passado totalizaram 3,308 bilhões de litros. O porto de Paranaguá embarcou 442,3 milhões de litros, só perdendo para São Paulo, com 2,292 bilhões.

A previsão para a safra 2010/11 é que os paranaenses produzam acima de 2 bilhões de litros e ampliem o volume a ser exportado para cerca de 500 milhões de litros.

Fiz questão de registrar essa reportagem, porque é uma proposta que discutimos e foi levada, na época da campanha eleitoral de 2006, pelo nosso candidato a Governador Rubens Bueno, que foi o candidato que apoiei.

Por fim, gostaria de parabenizar os empresários e torcer para que esta proposta seja viabilizada. e dando certo esse projeto, quem ganha é o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

**Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputada Rosane Ferreira (PV)**

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente gostaria de informar a todos que nesta próxima quinta-feira, dia 29 de abril, estaremos recebendo aqui em Curitiba, pela primeira vez depois de pré-candidata à Presidência da República, a Senadora Marina Silva. Dia 29 em Curitiba e no dia 30 em Londrina. Na quinta-feira pela manhã estará na sede do Partido Verde discutindo com os membros do partido e com a Mesa Executiva as direções que devemos tomar e a forma que vamos trilhar nos caminhos rumo às eleições de outubro. Ao meio-dia estará na FIEP; à tarde com o segmento evangélico, talvez estenda aos demais segmentos religiosos; e à noite estará na UniBrasil, falando com os estudantes daquela entidade. Na sexta-feira estaremos em Londrina, na reunião estadual do Partido Verde, a pré-convocação do Partido Verde daquele Município. depois com a FIEP do Norte do Paraná; à tarde Universidade de Londrina e assim seguimos. Será a nossa primeira discussão para falar sobre as políticas que devemos desenvolver no Estado do Paraná e, porque não dizer, para o Brasil. Todos estão convidados, e maiores informações com o nosso gabinete.

Também quero aproveitar esta oportunidade para falar do encontro, já relatado pela Deputada Luciana Rafagnin, que tivemos ontem pela manhã, com a nossa Primeira Dama Sra. Regina Pessuti, que falava em nome do Governador. Um encontro com várias mulheres. Estávamos lá eu e a Deputada Luciana, representando as Deputadas Cida Borghetti e Beti Pavin, que tinham um outro compromisso, estavam nos representando numa reunião aqui na presidência, nos dividimos, 50% da bancada feminina ficou aqui na Casa e 50% foi até o Palácio ter com a Dra. Regina a discussão sobre as políticas públicas desenvolvidas para as mulheres, no Estado do Paraná.

Deputado Edson Praczyk, conseguimos, por parte da Dona Regina Pessuti, o compromisso firmado que serão reativados o Conselho Estadual da Mulher e, também, virá para esta Casa uma mensagem solicitando a anuência desta Casa para criação da Secretaria Estadual da Mulher. Ainda precisamos disso sim, Deputado. Ainda precisamos de políticas específicas para as mulheres; ainda precisamos, sim, ter o Dia Internacional da Mulher; ainda precisamos, sim, ter a secretaria da Mulher, Deputada Cida Borghetti, porque ainda temos muito a vencer, ainda temos muito a conquistar.

Discutíamos, ontem, o acesso ao microcrédito, porque muitas vezes as mulheres saem de casa, deixam seus filhos, se especializam, cursam, fazem e, quando querem implementar, empreender um negócio, elas não têm acesso ao crédito para fomentar essa forma de conduzir suas vidas.

O acesso à casa própria, a exames especializados, ainda ontem, ouvíamos o deputado Ney Leprevost falar das dificuldades de se fazer uma mamografia, um exame que a lei garante a todas as mulheres, mas ainda temos dificuldades de acesso a esse exame, no Paraná. E há outras políticas públicas importantíssimas para nós

mulheres. Sabemos que o Fórum do Conselho Estadual é importante para que se discuta essas dificuldades e se viabilizem esses acessos, bem como a Secretaria Estadual da Mulher. Foi muito importante. Lá estiveram várias lideranças, vários segmentos que não quero enumerar para não correr o risco de esquecer um ou outro, mas lá estiveram várias mulheres importantes, líderes que brigam por todas as demais mulheres do Estado do Paraná.

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Permite um aparte, Deputada Rosane?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-la, Deputada Rosane, porque lembro as Deputadas Elza Correia, Arlete Caramês, Beti Pavin, Luciana, V. Exa., entre outras entidades que defendem a participação efetiva da mulher, não só na política, mas na sociedade como um todo. Quero cumprimentá-la, porque ontem pôde nos representar, representou a mim e também à Deputada Beti, porque estávamos em outra agenda. Hoje, até lhe cumprimentei e cumprimentei o Governador Pessuti, bem como sua esposa Dona Regina Pessuti, pela maneira aberta e franca como as receberam e entenderam a necessidade da implantação efetiva de uma Secretaria referente aos assuntos da mulher.

Quero dizer que, em Maringá, temos a Secretaria da Mulher, uma Secretaria importante que ajuda as mulheres vítimas de agressão, que ajuda as mulheres a crescerem por meio do ofício. Acho que isso é muito importante, o apoio às famílias. Então, penso que o Governador Pessuti, com muita firmeza, com muita clareza nessa questão, vai entender essa reivindicação justa que o Conselho da Mulher já há anos pede, e as Deputadas também. Então, quero cumprimentá-la, mais uma vez.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Peço um aparte, Deputada.

(Assentimento)

Deputada Rosane, a felicito pelo pronunciamento. Quero lembrar que, quando Prefeito de Curitiba, criei a Pousada de Maria. Foi uma ideia da minha Margarita. A primeira casa do País para mulheres e crianças vítimas de violência ou em situação de violência. Essa pousada funciona até hoje no centro de Curitiba. Não posso dizer, aqui na televisão, o endereço, porque por razões da sua funcionalidade jurídica, não pode ter seu endereço divulgado, mas ela inspirou outras pousadas semelhantes: em São Paulo, na Bahia, e em outros Estados da Federação.

A ideia é de acolher a mulher que vai à Delegacia da Mulher se queixar da violência, para que ela possa lá ficar até por três meses, acolhida com os seus filhos, até conseguir o seu trabalho para livrá-la do seu alçó temporário e dar condições de suporte social, me parece que deva ser o objetivo, e a Sra. Regina Pessuti me dizia pessoalmente isso hoje no Palácio, da nova Secretaria quando acontecer e sobremaneira a ideia de criar uma Pousada da Mulher em cada uma das Cidades-polo do

Paraná. As Cidades pequenas não comportariam, porque seria muito custosa a sua manutenção e muito difícil o anonimato necessário para o trabalho. Agora, as Cidades-polo podem e devem ter esses espaços. Mais do que isso, a mulher precisa de linhas de financiamento para a casa própria. Na COHAPAR eu sempre saudava no momento da entrega das chaves das novas casas, fizemos 12 mil e 800 casas, eu dizia: viva as mulheres que até agora foram donas de casas e agora estão virando donas das casas!

E mais do que isso, a mulher precisa também de qualificação profissional. Cresce em todo País a presença política importante da mulher, há duas candidatas à Presidência da República, a Senadora Marina Silva e a ex-Ministra Dilma Rousseff e acho que é o momento interessante do Paraná também ingressar nessa nova possibilidade, e a felicito.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Obrigada. Justamente, por isso que precisamos de uma secretaria estadual da mulher e um conselho estadual da mulher. Para que sejam fórum da troca de experiências como essas colocadas por V. Exas. Precisamos discutir todas as políticas, sistematizar e fazer com que experiências como esta de Maringá e de Curitiba cheguem a cada um dos 399 Municípios do Estado do Paraná. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de justificar, em função do que o Deputado Jocelito comentou que havia um processo de cassação contra a sua pessoa, no Conselho de Ética, gostaria só de informar que não existe processo de cassação nenhum por parte do Deputado Marcelo Rangel. O que existe é um pedido de Deputado Marcelo Rangel de que a Comissão de Ética se manifestasse frente a fala que o Deputado Jocelito fez há dias aqui no Plenário, dizendo que todos teriam o caixa 2. O que existe é um pedido de manifestação por parte da Comissão de Ética em relação à fala do Jocelito.

Diante disso, logo em seguida o Deputado Jocelito foi à tribuna e fez um discurso explicando as condições, inclusive levantadas aqui pelo Deputado Cheida, que ele fizesse as ponderações necessárias em relação a sua primeira fala. Ocorrendo isso, entendi de que estava resolvido o processo e notifiquei então, o Deputado Marcelo Rangel, se ele ainda assim mesmo insistiria de que a Comissão de Ética se manifestasse, tendo em vista que a segunda fala do Deputado Jocelito havia explicado melhor o seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está, portanto, resolvido o assunto na Comissão de Ética. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Deputado Douglas, meus caros Deputados de Oposição, eu acho que falar aqui hoje, até pelo tempo que não venho à tribuna, até porque nossa Casa passa por um momento difícil, mas nós Deputados de Oposição, Deputado Elio Rusch, acho que temos que voltar com toda carga para cuidar um pouco deste Governo, porque o Governo está inerte, apático e não existe Governo no Paraná.

Nós vemos aí a substituição, a troca de Governo e você vê o Governador do Paraná preocupado já há 15 dias, preocupado em trocar secretário, mas ninguém perdeu o emprego. Está todo mundo tranquilo, quem saiu da Casa Civil foi para a diretoria da COPEL, o outro que saiu, aquele competente secretário de segurança que nós pedimos que ele se afastasse, foi afastado, mas pelo jeito vai arrumar um carguinho de Secretário Especial, enfim, está tudo acertado. A única coisa que não está acontecendo é Governo. Não se governa neste Estado.

Olha, eu quero aqui, há alguns meses atrás vim a Tribuna e disse aos paranaenses que o Governador, o Governo estava enganando muitos Prefeitos do Paraná com uma famosa construção de uma escola, uma escola mais ou menos no valor de 2 milhões e meio. Eu disse isso a seis meses atrás e teve Deputado aqui do Governo que teve urticária quando eu falei achando que eu estava sendo precipitado. Faz mais de um ano que prometem as escolas, licitaram essas escolas, não dão ordem de serviço.

O que vai acontecer com essas escolas? Todos os Municípios que foram contemplados com estas escolas vão pegar um empréstimo, vão iniciar essas obras, então vai chegar dia 3 de outubro essas obras estarão 10% iniciadas e sabem quando vão ser terminadas? Nunca neste Governo.

Então, o que eu denunciei há seis meses atrás está acontecendo. E o que me preocupa é que o Governo, eu vi outro dia o Governador que assumiu dizendo que vai contratar mais 500 policiais, parece que era mil, mais 500, vai para 1 mil e 500, como se aquilo fosse a solução da segurança do nosso Estado, quando sabemos que todo ano se aposentam mais de mil policiais no Estado do Paraná. E uma coisa que me assombrou esses dias, Deputado Romanelli, V. Exa. que ainda, momentaneamente, continua como líder do Governo, outro dia falando com um Oficial, Deputado Belinati, eu disse - olha, ouvimos falar tanto do efetivo da Polícia Militar, quero fazer uma pergunta - dizem que o efetivo da Polícia Militar é o mesmo de 25 anos atrás, quando Jose Richa era Governador - aí, sabem o que o oficial respondeu - não é verdade - quando ele disse que não era verdade eu me surpreendi - disse - não é verdade, é menor do que há 25 anos atrás - há 25 anos atrás tinha mais policiais militares do que tem hoje.

E aí vem o Governador porque vai contratar, vai contratar, deve ser aquela contratação ali pelo dia 20 de setembro, como sempre acontece no Paraná, vão contratar esses policiais, esses 500 policiais como se fosse a salvação da segurança do nosso Estado.

Então, promete escola, não tem; segurança, não tem. Deputado Romanelli, estive no Norte Pioneiro, V. Exa. que também representa aquela região e sabe o que eu vi lá? Confirmando o que dissemos aqui: fala-se em conclusão de hospitais, mas não se fala em funcionamento de hospitais. Lá na região, em Jacarezinho está um hospital regional que não atende as necessidades daquela região! Por todos os Municípios aonde passamos, discutindo o plano de Governo do PSDB nos deparamos com uma grave situação do atendimento de saúde do Norte Pioneiro!

Então, quando falamos de saúde, ela não acontece, está aqui na Capital hospital de reabilitação, um lindo prédio, mas quando vai funcionar este hospital de reabilitação? Faz três anos que está pronto e aí eu vejo a paralisia do Governo!

Outra questão, foi feito festa em Foz do Iguaçu, no último encontro levaram os Prefeitos, mostraram um docinho para eles que seria distribuído a todos os Prefeitos do Paraná não sei quantos quilômetros de recapeamento de asfalto e sabem o que está acontecendo? Não vai acontecer, e melhor do que eu para falar sobre isso seria o Secretário de Planejamento, Enio Verri, ele poderia falar que o Governador que saiu do Governo assinou convênios e assumiu compromissos que o Governo não tem estes recursos. Se o Governador que hoje está em exercício quiser tomar qualquer medida fora do que o Requião assinou ele não tem recursos! E eu pergunto: será que ele tem coragem de anular, de cancelar os convênios assinados pelo ex-Governador?

Outra questão: rodovias. Ora, para quem conhece as rodovias do Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado do Paraná parece que não tem Governo. Vi uma coisa engraçada, tem uma rodovia que liga a 153 a Palmas a Pato Branco, tem lugares lá que caminhões têm dificuldades de passar. Vi uma outra rodovia que está em boas condições com placas do DER: recuperação de rodovias. Quer dizer, estão recuperando aquela rodovia que ainda está dando trânsito e deixando aquela que não tem mais condição de trânsito sem recuperação, não estão fazendo a recuperação! Outro dia, fiz um questionamento aqui: trazer o Secretário de Transporte e dizer por que a Secretaria de Transportes gasta um valor monstruoso em conservação de rodovias e não se conserva as rodovias que estão em precárias condições, principalmente as regiões que eu represento?

Concedo o aparte ao Deputado Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Rossoni, parabéns pela feliz colocação de V. Exa. Agora sobre o Governador Pessuti, que outro dia até na "escolinha" de Governo ele teve a humildade de lembrar que quando ele era um cabocão de Jardim

Alegre, quando seu pai era meu chefe, seu Natalino Pessuti e aquele caboclo chegando aqui em Curitiba não tinha como pagar os estudos, eu era Deputado na época e pagava para o Pessuti morar na Casa do Estudante. Independente da amizade pelo Pessuti, quero dizer que o Pessuti tem um coração bom: o Crispim, Presidente do PMDB de Maringá, que é do mesmo partido do Pessuti e certamente vai trabalhar na campanha de Governador ganhou um empreguinho agora na SANEPAR, estou até com dó do Crispim: pouco mais de R\$ 19 mil por mês, mais carro, mais combustível, telefone, tudo pago com o dinheiro do povo! Se a SANEPAR está com tanto dinheiro para que pagar para um cidadão? É meio estranho trazer alguém da confraria política para ocupar um cargo a SANEPAR, perto de R\$ 20 mil, mais carro, mais combustível, telefone.

Se está sobrando dinheiro na SANEPAR abaixe o preço da água, que tem muita gente que não está podendo pagar essa conta de água que está pesada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É um belo favor para um amigo.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Parabéns pelo seu pronunciamento e retorne mais vezes à tribuna, quando V. Exa. usa à tribuna chama a atenção do Paraná, é importante isso. Quero dizer o seguinte: tive que entrar na Justiça para poder conseguir direito de resposta do Secretário da Segurança. A justiça deu ganho de causa, mas mesmo assim com multa para eles pagarem até agora não chegou o direito as nossas mãos chegou o direito as nossas mãos. Pediria até para a assessoria poder me ajudar e ver quando vem essa resposta. As perguntas eram sobre o efetivo da Polícia. Estão escondendo isso até da Justiça. E não adianta dizer que vão contratar 500 policiais, para a minha região precisa de 150 e eu ouvi que vão mandar 20. Olha só o descalço com o Paraná na Segurança Pública! É lamentável.

É uma situação lamentável. O Governador Pessuti entrou jeitoso, veio aqui fez um pronunciamento. Estava aqui na posse. Falou bonito, se emocionou, emocionou a todos nós. Entrou fez uma mudança na Secretaria da Segurança. Eu falei, veio para valer. Mas, só que essas mudanças, olhando o orçamento, fica muito no discurso, porque não tem recursos para poder efetivar aquilo que ele gostaria de fazer. E quem está perdendo com isso é o Paraná. E esse ano é eleitoral, e tem muita coisa acenando para os Prefeitos dizendo: vou fazer, vou liberar creche, escola, asfalto, vou liberar não sei o quê. Segurando os Prefeitos para apoio na campanha, mas na prática não está liberando nada. Também viaturas, todas as viaturas que pedimos para o Paraná e que os Deputados aprovaram, ainda assim não estão liberando, para minha região pedimos mais de 20, liberando ato. Dá dó de ver o Paraná passando por um desgoverno dessa forma, Vamos ver se conseguimos fazer a mudança agora no dia da eleição.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Por isso, que a minha preocupação e vim na tribuna hoje pedir aos amigos, aos parceiros de Oposição para nós recuperamos a nossa vigilância. Vamos estar aqui vigilantes, críticos, firmes e não podemos concordar com essa inoperância, com esse desgoverno que tomou conta do Paraná. Por causa da crise que assola a nossa Assembleia, agora vamos deixar que o Paraná padeça do que está acontecendo. Um Governo que assume a demora 30 dias trocando companheiro de um lado para outro, mas ninguém perdeu o salário. Não vi nenhum desempregado. Vi todos acomodados. Inclusive ouvindo outro dia uma entrevista do Secretário da Saúde, o próprio Secretário da Saúde disse com todas as letras...

As pessoas dizendo lá no Norte Pioneiro que o atendimento de Saúde é precário. Não é no Norte Pioneiro, é em todo o Estado. Nós últimos 20 dias, 30 dias parece que estamos felizes com esse Governo, porque o Governador atual é falante, é um pouco mais simpático que o outro, que o outro dá chute em pedra e arruma encrenca. Nós não podemos porque o Governador atual é macio, é elegante, educado, nós com elegância e educação temos que continuar vigilantes. Se não o Governador vai em berço esplêndido, até porque não está acostumado com o Palácio, acostumado com o Poder, acostumado com o avião, acostumado com o helicóptero, daqui a pouco ele acha que todos nós estamos achando o seu Governo lindo, maravilhoso, e sabemos que continua cada vez pior. Você não vê uma reação do Governo, não há Governo. Daqui a pouco se você perguntar para os paranaenses se tem Governo, eles vão achar que o Governo é o Governo Lula que está governando o Paraná, porque não tem Governo no Paraná.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Rossoni, já estou vendo o filme do final de 1994, se não me engano, quando o Governador Requião deixou o Governo nas mãos do seu Vice, Mário Pereira.

Repete-se a mesma história. Corre-se no Paraná inteiro de helicóptero, vai aos Municípios e assina-se três vezes mais o valor do orçamento disponibilizado no Estado em convênio, e vem o novo Governador e rompe, anula os convênios, porque senão ele não pode cumprir e não pode praticar no seu Governo, ou então ele tem que se submeter àquilo que o Governo anterior deixou.

Lamento e acho que o próprio Pessuti terá uma dificuldade enorme de continuar exercendo o Governo, em função exatamente disso, porque comprometeu o Estado.

Quero fazer uma outra consideração, V. Exa. falou de estradas, falou de Saúde, realmente o nº 01 do Governador Roberto Requião, o Moreira, Secretária Especial do Governador, assume a Secretaria da Saúde e diz que a Saúde do Paraná está sucateada.

Não entendo mais. Não constar, como diz “a vaca não reconhecer a cria”, porque lamentavelmente, o que o Moreira disse é uma vergonha” O nº 01 do Governador Roberto Requião disse publicamente em todos os jornais. Acho que realmente precisamos repensar no Estado e V. Exa. está coberto de razão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Alguns fatos comprovam o que sempre alertamos aqui da tribuna. As questões da Saúde, comprovadas pelo Moreira, que disse que está sucateada, confirma o que nós dizíamos.

A exoneração do Secretário da Segurança não é, nada mais nada menos, do dia que pedi a ele que se afastasse, porque não temos Segurança.

Pergunto: o Governador bonachão, simpático, elegante, nos trata com muito respeito, será que vai ter coragem de mostrar aos paranaenses como é que ele recebeu o Governo? Qual é o comprometimento, o que ele vai cumprir, o que é que não vai cumprir? Se ele não fazer isso, a culpa passa a ser dele.

Por isso aguardarmos o posicionamento do Governador.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só gostaria de discordar de V. Exa. e do Deputado Belinati, que já foi Prefeito como eu. Quando assumimos lá tem os cargos que tem que ser nomeados. Entra um, sai um e tem que trocar. O Presidente da COHAPAR, presidentes das instituições. É normal trocar os cargos e V. Exa., quando foi Prefeito, também fez isso. Nós fizemos e todos fazem.

O Pessuti assumiu o Governo agora, trocou vários Secretários, trocou, Deputado Rossoni, e V. Exa. falou um aí que trocou, o Delazari, o Procurador Geral do Estado trocou, teve outros Secretários que saíram também. Está remanejando. Acho que ele vai fazer coisas boas, Ele só está lá há 30 dias e tenho certeza que muitas coisas vão acontecer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É uma continuidade do Governo, e quero concordar com o Deputado Belinati, que pegaram um amigo lá de Maringá, R\$ 19 mil, é verdade, Deputado Belinati.

Outra coisa, o Pessuti mudou tudo! Não mudou nada, só mudou a cadeira, você sai daqui para ali, tem o seu emprego, tudo garantido.

O que me preocupa é a inércia do Governo. Estivemos na última semana com esse problema de chuvas e você não viu uma iniciativa do Governo que viesse ao encontro de minimizar os problemas que atingiram alguns Municípios do Paraná.

Por esta razão, Deputado Elio Rusch, conte comigo V. Exa. tem sido um brilhante líder, mas vamos ficar vigilantes, porque esta Governo inoperante, incompetente que estava instalado no Paraná, continua, agora, paralisando. Só estão escolhendo quem assume o quê. Mas, não está funcionando nada. O Paraná, hoje, não tem Governo. Espero que tenha amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, usando o horário da Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando ouvimos da tribuna, ainda há pouco, não foi o Deputado Valdir Rossoni, Presidente do PSDB; quem ouvimos foi o Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo Jaime Lerner nesta Casa.

Porque, Deputado Valdir Rossoni, com o respeito que nossa relação pessoal permite, sua postura é daquele que fala de um Paraná que há sete anos e três meses atrás era um verdadeiro caos. E se reconhecemos que temos muita coisa para ser feita ainda, reconheçamos aqui. O Paraná que herdamos do Governo Jaime Lerner, do qual V. Exa. foi líder aqui nesta Casa, foi muito difícil de acertar. O Governador Roberto Requião teve que agir com mão de ferro para cortar os contratos onerosos deixados no DETRAN, na área de informática, na COPEL, na SANEPAR, nas nossas rodovias estaduais, que estavam completamente abandonadas, os mais de 5 mil quilômetros de malha viárias, que é a mais utilizada. Mas, trabalhamos duro nos investimentos. Recuperamos e construímos estradas, duplicamos rodovias.

Avançamos muito nestes anos. Quarenta e quatro novos hospitais, entre reformas, ampliações e construções. Aquele hospital ao qual o senhor se refere, lá em Santo Antônio da Platina, Deputado Valdir Rossoni, que hoje é hospital regional do Norte Pioneiro, não existia. Era uma construção parcialmente feita pela Congregação da Família e que pertencia ao Município de Santo Antônio da Platina. Hoje, lá funciona um hospital, ainda de média complexidade. Além dos centros cirúrgicos que foram construídos, ainda falta construir os leitos de UTI e uma unidade cardioraxica. Falta, ainda, muita coisa. Mas, hoje nosso consórcio, SISNOB, administra o hospital regional do Norte Pioneiro. Ele já existe, hoje. Não existia quando o senhor foi Líder do Governo Jaime Lerner aqui na Assembleia Legislativa.

Como não existia, Deputado Valdir Rossoni? O senhor andou pelas estradas do Norte Pioneiro e viu que estão completamente modificadas. Ainda falta. Falta, sim. Mas o Norte Pioneiro tem, Deputado V. Exa. andou pelas estradas do Norte Pioneiro. E constatou que 90% das rodovias estão muito bem conservadas.

Quando vejo V. Exa. ir à tribuna fazer uma crítica a este Governo, fazer uma crítica ao Governador Roberto Requião - que saiu - e fazendo uma crítica também ao Governador Orlando Pessuti, não é porque o Pessuti tem um estilo diferente de ser esse brasileiro bom e cordial que é, que também ele não tem postura, não tem posição. O Pessuti mantém na essência tudo aquilo que o Governo Requião vinha e vem fazendo, porque o Governo é um só e não são dois Governos.

Deputado Rossoni, V. Exa. não falou hoje como Presidente do PSDB, mas falou com aquela mágoa do passado de quem, de fato, durante um período longo como oposicionista vê as coisas boas acontecendo no Paraná, das profundas transformações que fizemos na área da Educação, da dignidade que pudemos dar hoje a um professor ou a uma professora que recebe um salário digno da carreira pública em concurso - o fim da precarização da contratação de professores, carreira para os profissionais da área da Educação - das profundas e estruturais modificações que fizemos na Polícia Militar, reestruturando a carreira do policial militar. Estamos fazendo concurso e 70 mil pessoas participaram, sendo que 1 mil e 100 são combatentes e já estão sendo selecionados e contratados, mais 500 bombeiros, mais 500 para Curitiba e Região Metropolitana e, com certeza absoluta, havendo disponibilidade financeira vamos chamar mais 2 mil policiais, porque estávamos perdendo 871 homens por ano, mas hoje não perdemos mais porque modificamos a lei.

Aqui nesta Casa votamos um projeto de lei e talvez V. Exa. não tenha mais se apercebido do que fizemos, porque pagávamos de quinquênio para um Soldado de 1ª classe R\$ 16, e neste mês de abril ele já vai receber R\$ 114 para cada quinquênio trabalhado.

Estamos modificando as estruturas e estamos pagando a conta do BANESTADO, R\$ 65 milhões, todo mês nós pagamos lá dinheiro que deixa de ser investido em obras essenciais para o Estado. Não fomos nós que privatizamos o BANESTADO, que deveria ter sido federalizado e só não foi porque o Governo anterior queria explodir o armário em que estava o esqueleto da corrupção, do desvio do dinheiro público, e isso são os Tribunais que dizem.

Então, Deputado Rossoni, penso que V. Exa. pode e deve fazer a crítica às políticas públicas, pode criticar o Governador Pessuti, o Requião, pode criticar quem quiser, mas não seja injusto. V. Exa. sabe que nesses sete anos e três meses temos um Estado muito melhor no conjunto do que tínhamos antes. Só de empregos temos como saldo de oito anos do Governo anterior 37 mil e 500 novos empregos com carteira assinada, e o saldo deste Governo é de 700 mil novos empregos com carteira assinada.

Sei que isso dói muito, Deputado Rossoni, mas V. Exa. deve reconhecer que temos um caminho longo a ser percorrido, e fale como Presidente do PSDB, fale do futuro, Deputado. Olhe o presente, mas veja o passado também. Do passado temos que reconhecer que não temos nada do que nos orgulhar de um longo período, período triste da privatização das rodovias, do famigerado pedágio, onde já arrecadaram mais de R\$ 10 bilhões. Esse foi o presente, foi o legado do Governo Jaime Lerner.

Concedo um aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Olha, Deputado Romanelli, V. Exa. insiste em justificar os erros do atual Governo com os erros do Governo anterior. Seria muito bom que este Governo tivesse assumido o Governo depois do péssimo Governo anterior e se tivesse melhorado o Paraná, mas não é isso que temos percebido na área da Segurança, na área da Saúde e na questão das rodovias. E quando V. Exa. diz que no Norte Pioneiro as rodovias estão boas, concordo com V. Exa. Agora, V. Exa. está dizendo que não tem Deputado no Sul e Sudoeste, porque as rodovias lá estão deixando a desejar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu cuido das rodovias da nossa região.
Concedo um aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado Romanelli, tenho duas considerações: primeiro, que o Governador Requião, de tão ruim que foi, foi reeleito Governador em 2006, disputa em que o povo do Paraná e reconduziu de novo ao Governo do Estado. O segundo ponto, que o Governo Requião e Pessuti está indo tão mal que o Beto Richa quer o PMDB na coligação. O Presidente do PSDB talvez não esteja conversando com o candidato a Governador do PSDB, que tem convidado o PMDB para fazer parte da coligação do ex-Prefeito de Curitiba. Então, não sei em quem vamos acreditar! Se estamos tão mal! Se o Roberto Requião e o Orlando Pessuti governaram tão mal este Paraná, por que o Prefeito de Curitiba quer tanto que o PMDB vá junto com ele na campanha?

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Nereu Moura, hoje o Deputado Valdir Rossoni está num dia de Líder do Governo Jaime Lerner.
Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado Romanelli, quero lhe dizer que não é verdadeiro que a população não foi atendida no momento do grave temporal que invadiu o nosso Estado nos últimos dias. Foram 9 mil 514 pessoas que tiveram que deixar suas casas. Essa noite, 1 mil 229 pessoas dormiram em abrigos públicos providenciados pela Força Tarefa designada pelo Governador Orlando Pessuti. Foi restabelecida a eletricidade em 60 mil domicílios na região de Cascavel, onde os ventos foram inclementes na proporção do desmatamento que se fez ao longo da história na Região Oeste. Foi restabelecida a ligação elétrica em 70 mil domicílios na região de Irati, Telêmaco Borba, Imbituva e na região do Vale do Tibagi. E aqui em Colombo, da Deputada Beti Pavin, na nossa Vila Zumbi, a nossa gloriosa bomba da COHAPAR funcionou bombeando a água do rio Palmital a noite toda e as 2 mil 199 famílias

que lá vivem ficaram a pré enxuto, apesar da chuva. Do outro lado da rodovia, na Vila Liberdade, onde ainda não se concluíram as obras do PAC, as famílias moradoras em áreas de risco sofreram inundação. Na Curitiba do Beto Richa e do Luciano Ducci agora, coisa que no meu tempo não acontecia, no rio Atuba o povo teve que ser removido, porque se afogou, porque permitiram a reocupação do vale do rio Atuba. Há casas previstas, 747 casas previstas, terreno já comprado na área do Genivá, em Pinhais, para os moradores do rio Atuba e rio Palmital. No Campo Magro o povo não se afogou porque tiramos as pessoas do ribeirão Bambeca e do ribeirão Passaúna para o bairro Alto da Bela Vista.

Então, dizer que este Governador, de coração bom, que é o Pessuti, não se incomodou, ou dizer que o eficiente Governador que foi o Roberto Requião não cuidou do Paraná, é a alevisia de Oposição.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Rafael Greca. Eu, inclusive ia citar como exemplo a Vila Zumbi dos Palmares, porque foi logo depois de uma enchente em 2002, e quando assumimos em 2003, que eu e a Deputada Beti Pavin, que era Prefeita de Colombo, decidimos promover a regularização fundiária da Vila Zumbi. Obra nossa! Tua também, Rafael! Mostramos como é possível, com a técnica, fazer com que as pessoas tenham dignidade em sua vida. A Vila Zumbi está absolutamente preservada. Não houve inundação, por causa do dick de contenção e de toda infraestrutura existente.

Temos que reconhecer que não foi um bom dia do ex-Líder do Governo Jaime Lerner nesta Casa, Valdir Rossoni. Como também do Deputado Douglas Fabrício.

Há reclamação por viatura, quando entregamos viaturas, como entregam aqui muitos Deputados que participam, tem Município que fazia 11 anos que não recebia uma viatura. E reconhecemos, é muito tempo. E não conseguimos antes porque, de fato, as prioridades da área da Educação, da Saúde, são muito graves. Temos que reconhecer que durante oito anos o Estado do Paraná ficou completamente abandonado. Quem vive no Paraná sabe muito bem o que significou esse período.

Por isso, companheiro Deputado Valdir Rossoni, vamos olhar para frente. Veja o que estamos fazendo. Os desafios são diários, são permanentes. Não tenha essas recaídas. O Governador Pessuti governa com a sensibilidade que ele tem, com a competência que lhe é peculiar, e vamos avançando com o Estado do Paraná, que já gerou mais de 700 mil novos empregos de carteira assinada. É deste Paraná que eu me orgulho!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, espero que o Deputado Romanelli tenha assegurado a Liderança do Governo, hoje.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 020/10, subscrito pelo Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, informando que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB indica como membro da comissão que analisará a PEC nº 064/09, o Deputado Ademir Bier. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/n subscrito pelo Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26 do corrente mês, devido ao fato de estar participando de reunião com a Direção da Igreja Presbiteriana Renovada de Curitiba e Ponta Grossa. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 068/10, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a atenção especial à necessidade de estadualização da estrada intermunicipal que liga o Distrito de Linha Esperança, no Município de Prudentópolis, aos Distritos de Faxinal de Boa Vista e Ibema, no Município de Turvo, e Tereza Cristina no Município de Cândido de Abreu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 069/10, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado a liberação emergencial de verba para os 34 Municípios atingidos pelas chuvas no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Presidente, apenas para fazer um comunicado a Casa. Amanhã cedo, às 8h, no plenarinho, faremos uma Audiência Pública com os servidores da Saúde, aprovada em Plenário, para se discutir a questão do PCCV - Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos. Então, gostaria de informar à Presidência e aos demais Pares para que pudessemos estar todos nessa Audiência Pública, às 8h da manhã, no plenarinho da Assembleia, junto com os servidores da Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está registrado o convite de V. Exa. para a participação de todos os Srs. Parlamentares.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que assegura ao consumidor o direito de saber, antes, durante a negociação e depois da compra, o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou do serviço. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que altera o artigo 8º e revoga a tabela VII, da Lei nº 13611, de 04/06/02, que dispõe sobre o regimento dos atos judiciais. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1372/09, que transforma o serviço distrital de Santa Fé em Tabelionato de Notas, e cria serviços notariais e de registro na Comarca de Santa Fé. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de Plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01,
PROJETO DE LEI Nº 688/09**

Nos termos facultados pelo artigo 137 parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, vimos apresentar a presente emenda aditiva de plenário ao Projeto de Lei nº 688/09, a fim de que seja incluído o artigo 3º ao mesmo:

Art. 1º O artigo 3º do Projeto de Lei nº 688/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O artigo 1º da Lei nº 16029/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º Fica criada a Comarca de Santa Fé, de entrância inicial, integrada pelos Municípios de Santa Fé, Flórida, Ângulo, Nossa Senhora das Graças e Lobato, juntamente com seus respectivos distritos, alterando-se os anexos I, II, Tabela 2, III, Tabela 2, IV, V, VIII e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

§ 1º Os Municípios de Santa Fé, Flórida e Ângulo, são desmembrados da Comarca de Astorga, de entrância intermediária.

§ 2º Os Municípios de Nossa Senhora das Graças e Lobato são desmembrados da Comarca de Colorado, de entrância intermediária.

§ 3º A Comarca de Astorga, de entrância intermediária, fica integrada pelos Municípios de Astorga (Içara e Tupinambá, Município de Astorga), Iguaçu e Munhoz de Mello.

§ 4º A Comarca de Colorado, de entrância intermediária, fica integrada pelos Municípios de Colorado (Alto Alegre, Município de Colorado), Santo Inácio, Santa Inês e Itaguajé.”

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana, Beti Pavin e Dr.Batista.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Nos termos facultados pelo artigo 137 parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, vimos apresentar a presente emenda aditiva de plenário ao Projeto de Lei nº 688/09, a fim de que seja incluído o artigo 3º ao mesmo:

Art. 1º O artigo 3º do Projeto de Lei nº 688/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O artigo 1º da Lei nº 16029/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º Fica criada a Comarca de Santa Fé, de entrância inicial, integrada pelos Municípios de Santa Fé, Flórida, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças e Lobato, juntamente com seus respectivos distritos, alterando-se os anexos I, II, tabela 2, III, tabela 2, IV, V, VIII e IX, tabela 1, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

§ 1º Os Municípios de Santa Fé, Flórida e Ângulo, são desmembrados da Comarca de Astorga, de entrância intermediária.

§ 2º Os Municípios de Nossa Senhora das Graças e Lobato são desmembrados da Comarca de Colorado, de entrância intermediária.

§ 3º A Comarca de Astorga, de entrância intermediária, fica integrada pelos Municípios de Astorga (Içara e Tupinambá, Município de Astorga), Iguaçu e Ângulo.

§ 4º A Comarca de Colorado, de entrância intermediária, fica integrada pelos Municípios de Colorado (Alto Alegre, Município de Colorado), Santo Inácio, Santa Inês e Itaguajé.”

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) DR.BATISTA, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, ANTONIO ANIBELLI E 01 ILEGÍVEL.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Nos termos facultados pelo artigo 137 parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, vimos apresentar a presente emenda aditiva de plenário ao Projeto de Lei nº 688/09, a fim de que seja incluído o artigo 3º ao mesmo:

Art. 1º O artigo 3º do Projeto de Lei nº 688/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O artigo 1º da Lei nº 16029/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º Fica criada a Comarca de Santa Fé, de entrância inicial, integrada pelos Municípios de Santa Fé, Flórida, Ângulo, Munhoz de Mello e Lobato, juntamente com seus respectivos Distritos, alterando-se os anexos I, II, tabela 2, III, tabela 2, IV, V, VIII e IX, tabela 1, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

§ 1º Os Municípios de Santa Fé, Flórida e Ângulo, são desmembrados da Comarca de Astorga, de entrância intermediária.

§ 2º O município de Lobato será desmembrados da Comarca de Colorado, de entrância intermediária.

§ 3º A Comarca de Astorga, de entrância intermediária, fica integrada pelos Municípios de Astorga (Içara e Tupinambá, Município de Astorga), Iguaçu.

§ 4º A Comarca de Colorado, de entrância intermediária, fica integrada pelos Municípios de Colorado (Alto Alegre, Município de Colorado), Santo Inácio, Santa Inês, Nossa Senhora das Graças e Itaguajé.”

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) DR.BATISTA, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, ANTONIO ANIBELLI E UMA ILEGÍVEL.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça para a apreciação das emendas.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/10, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Reserva uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Trânsito - DETRAN. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/10, que institui o Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, que tem como objetivo executar uma política de extensão nas instituições públicas ou privadas, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 110/10**

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 110/10, de autoria do Poder Executivo conforme Mensagem nº 019/10, tem por objetivo alterar a redação de seu artigo 7º, conforme segue:

“Art. 7º Para execução dos projetos poderão ser concedidas as seguintes modalidades de bolsas de estudos, distribuídas equitativamente entre professores, recém-formados e estudantes, conforme segue:

I - Bolsa Orientação, a professores vinculados ao ensino superior ou pesquisadores vinculados aos Institutos de Pesquisa;

II - Bolsa a Profissionais recém-formados, que tenham concluído sua graduação há no máximo 03 anos à época da seleção;

III - Bolsa para Estudantes de Graduação, a estudantes regularmente matriculados nos cursos das Instituições de Ensino Superior do Paraná.”

Sala das Sessões, em 27/04/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Durval Amaral e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se para o efeito de garantir que idênticas oportunidades de ampliação de conhecimento científico e qualificação profissional complementar e ainda mais ampla, seja oferecida tanto a professores, quanto aos novos profissionais, como aos graduandos universitários.

Ainda sobre o referido projeto, Requerimento nº 1195, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente, solicitando a retirada Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, o Deputado Ademir Bier encaminhou esse requerimento por conta de uma discussão que teve com o atual Secretário da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior sobre esse projeto. Mas queria solicitar ao Deputado Ademir Bier que pudesse retirar o requerimento, tendo em vista que há uma emenda apresentada

pelo Deputado Fernando Scanavaca e, obrigatoriamente, o projeto retornará no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. E se houver, por conta de uma análise do atual Secretário em relação ao problema, alguma dúvida, certamente poderá ser oferecida uma eventual alteração num tópico específico ou modificando alguma coisa da própria emenda.

Na verdade, queria solicitar a retirada do requerimento de adiamento. É o apelo que faço.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Para Encaminhar)

Gostaria de pedir aos nossos companheiros que votassem esse requerimento, até porque é um projeto interessante, que precisa ser melhor discutido, analisado. São importâncias fantásticas que farão parte do projeto - tanto do orçamento da SEED como do orçamento do Fundo Paraná, também. Acho importante, que por cinco Sessões não vai alterar em nada e vai oportunizar a outros companheiros Deputados fazerem uma análise melhor sobre o projeto. Penso que dessa forma vamos ter uma condição de avaliar melhor o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Peço aos Deputados da base do Governo que rejeitem o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Na verdade o Deputado Ademir Bier vem com as melhores intenções. Deputado Romanelli, se V. Exa. usa o argumento com a emenda que o Deputado Fernando Scanavaca está apresentando e o projeto automaticamente retorne para a CCJ, a CCJ somente poderá analisar esta emenda e não outras alterações que poderão ser introduzidas nesse projeto. Então, se existe algo que possa melhorar o projeto, é necessário a retirada do mesmo, senão vamos ter de apreciar, única e exclusivamente, a emenda apresentada pelo Deputado Scanavaca!

Por essa razão, conclamo aos Parlamentares que venhamos retirar o projeto por cinco Sessões para que as alterações possam ser executadas. Caso contrário, ficamos restritos apenas à emenda apresentada. Por esta razão, Deputado Romanelli, vamos retirar o projeto por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação: quem é favorável à retirada do requerimento vota SIM; quem é contrário vota NÃO.

19 NÃO; 15 SIM.

Está rejeitado o requerimento. Fica acolhida a emenda do Deputado Scanavaca e voltou o projeto à CCJ, para apreciação da emenda.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT) (Questão de Ordem)

Só para justificar a emenda: esse projeto trata de bolsa, que são recursos da Secretaria da Ciência e Tecnologia, e essa emenda, estou dando a oportunidade de que os recursos sejam distribuídos igualmente para os

professores, para os recém-formados e para os alunos das universidades do Paraná. Por isso apresentei a emenda, vinculando os recursos que terão de ser distribuídos igualmente para todos os beneficiários das bolsas de estudo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de março de 2010. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 836/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera dispositivos da Lei nº 13228, de 18/07/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 152/07, de 26/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 836/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem como escopo alterar os dispositivos da Lei nº 13228/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, no âmbito do Estado do Paraná, tendo em vista uma proteção aos ofícios de família.

Legitimidade e legalidade

O artigo 236 da Constituição Federal dispõe:

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público:

§ 2º Lei Federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais. (grifos nossos)

Dentro do contido no parágrafo segundo do referido artigo, temos de buscar fundamentação no contido junto à Lei nº 10169/00, a qual regula normas gerais acerca da fixação dos emolumentos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro no Brasil, e é nesta lei que vemos a base para a promulgação da Lei Estadual nº 13228/01, pois vejamos que a lei federal assim normatiza:

Art. 8º Os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, respeitado o prazo estabelecido no artigo 9º desta lei, estabelecerão forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais, pelos atos gratuitos, por eles praticados, conforme estabelecido em lei federal.

Portanto, vejamos que a execução de lei no sentido de observância a Lei Federal, a qual fundamentou o projeto que originou a Lei Estadual nº 13228, está justamente adstrito a tal dispositivo legal, tendo em vista que o mesmo dá competência aos Estados para que cumpram o que regula a lei federal.

Deste modo o Estado teve total legitimidade para a promulgação e aprovação da Lei nº 13228/01, a qual institui o FUNARPEN, antes de tratarmos do disposto no presente projeto, algumas considerações devem ser feitas:

O Governo do Estado do Paraná, regulamentando o artigo 8º da Lei Federal nº 10169 de 29/12/00 que determina o estabelecimento de formas de compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais pelos Atos Gratuitos por eles praticados, sancionou a Lei nº 13228 em 18/07/01, determinando a obrigatoriedade de aplicação do Selo de Autenticidade nos atos praticados pelos Tabeliões de Notas de Protesto, Registradores de Imóveis, Registradores de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Registradores Civis de Pessoas Naturais e Distribuidores vinculadas à Lei nº 8935/94, criando o Fundo de Apoio do Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNARPEN, a quem compete, pela lei. Custear os atos praticados gratuitamente pelo Registrador Civil de Pessoas Naturais.

Esse custeio, que para melhor entendimento, passamos a denominá-lo repasse, nada mais é que o ressarcimento que fará o FUNARPEN aos Registradores Civis para compensá-los pela gratuidade instituída há mais de quatro anos por lei federal, para todos os Atos de Registro de Nascimentos e Óbitos praticados por aqueles Ofícios.

Para viabilização desse repasse, houve a união da Categoria dos Notários e Registradores, aplicando-se a máxima da distribuição de renda onde quem pode um pouco mais participar ativamente na sobrevivência dos que não podem, por terem perdido totalmente as receitas que obtinham com a cobrança de custas para a realização daqueles atos.

Assim sendo, estão os Notários e Registradores do Estado do Paraná, garantindo a gratuidade dos registros de nascimentos e óbitos a toda a população, pois os Registradores Civis, pela gratuidade legalmente instituída, caminhavam, a passos largos, para o fechamento de seus ofícios, pois é impossível alguém trabalhar sem nada receber.

Entretanto, para haver repasse há que haver receita. Para essa receita, foi instituída a venda dos Notários e Registradores de Selos, que foram denominados Selos de Autenticidade de Atos, e que se serão afixados nos Atos que praticarem, cabendo ao FUNARPEN, por imposição legal, o fornecimento dos selos para todos os Ofícios do Foro Extrajudicial, com exclusividade de atendimento.

(Retirado do site: www.funarpen.com.br)

O presente projeto tem o intuito de alterar dispositivos da Lei nº 13228/01. Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No caso em tela, observamos que conforme preceitos da Constituição Estadual têm a Assembleia tal prerrogativa, por se tratar de lei cuja autoria é oriunda desta Casa de Leis.

Tendo em vista que cabe, então, ao legislador a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente a Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice, junto a Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, verificou-se que o presente projeto está revestido de constitucionalidade, sendo que o fulcro no argumentado, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei na forma de emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 12/02/08.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 836/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessário a apresentação da presente emenda modificativa, passando o artigo 7º do projeto a contar com a seguinte redação:

“Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a partir de 01/01/08.”

Sala das Comissões, em 12/02/08.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Caíto Quintana, Artagão Júnior e Stephanes Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 836/07

P A R E C E R :

I - Relatório

De autoria do eminente Deputado Caíto Quintana, a presente proposição tem por objetivo alterar a Lei Estadual nº 13228, de 18/07/01, que institui o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN.

O referido Fundo foi criado no Estado do Paraná, pela lei mencionada, com a finalidade de compensar os Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado pela

gratuidade de anos por eles praticados, como o registro de nascimentos e óbitos e a emissão da primeira certidão respectiva, e que foi instituída pela Lei Federal nº 9534/97.

A receita do referido Fundo decorre basicamente do fornecimento, do próprio FUNARPEN, de Selo de Autenticidade de Atos, para os serviços notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais.

A presente proposta de alteração, em síntese, propõe a inclusão, entre o rol dos beneficiários deste Fundo, das Serventias Judiciais de Família, desde que não remunerados pelos cofres públicos, assegurando-lhes também o recebimento, deste Fundo, de todos os serviços gratuitos prestados nos atos judiciais praticados, cujo valor não poderá ser inferior ao valor mínimo das custas previstas na tabela vigente, por tipo de ação. Propõe a aplicação a todos os feitos doravante distribuídos, bem como as anteriores em tramitação e que vierem a ser reativados. Importante destacar que proposta dispõe que, não havendo recursos suficientes para pagar todos os feitos gratuitos prestados, o valor existente deve ser rateado proporcionalmente entre todos os beneficiários - extrajudiciais e judiciais ora incluídos pela proposta em exame.

Ainda assegura a participação de um representante dos atuais Escrivães de Família no Conselho Diretor e também no Conselho do referido FUNARPEN.

A proposição recebeu parecer favorável, quanto à sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, na Comissão de Constituição e Justiça deste Casa, em voto elaborado pelo relator Deputado Luiz Carlos Martins, o qual apresentou uma emenda, a fim de dar efeitos retroativo à Lei para 01/01/08.

O feito foi encaminhado a esta Comissão, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa, para receber parecer quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como atendimento a outras normas de ordem financeiro-orçamentária, cabendo ainda a esta Comissão efetuar uma análise de mérito.

Em 20/02/08 o ora subscritor deste relatório, na condição de Relator do Projeto de Lei nesta Comissão, apresentou parecer neste Colegiado no sentido de que, embora não haja incompatibilidade ou inadequação orçamentária e financeira, posto que o projeto de lei não trata de recursos públicos propriamente ditos, e em que pese tenha recebido parecer favorável quanto à sua formalidade constitucional e jurídica, ao mesmo no seu mérito, a proposta exigia melhor análise e discussão, e assim opinou pela conveniência e oportunidade de se ouvir primeiramente os Registradores de Pessoas Naturais, atuais beneficiários do Fundo, assim como os Escrivães das Varas de Família, doravante também beneficiários dos recursos da FUNARPEN, se aprovado o projeto em exame.

A proposta foi acatada pelos membros deste Colegiado tendo sido convidados para uma discussão junto à Comissão, o Presidente ou representante do Fundo de

Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, o escrivão da 4ª Vara de Família de Curitiba, como representante da categoria, indicado pelos demais colegas através de interpelação informal, assim como também o Presidente ou representante da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná - ANOREG, e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná.

Ouvidos os referidos representantes em reunião da Comissão, realizada no dia 27/02/08, nos termos das notas taquigráficas em anexo, onde também se pronunciou o Autor do projeto, concluiu-se, em que pese alguns membros terem se manifestado em condições de emitir parecer favorável à proposta, pela necessidade de se obter informações mais preciosas quanto aos valores e números noticiados informalmente na reunião, a fim de aprofundar a discussão e posteriormente votar um parecer conclusivo, seja pela abrangência do assunto, seja pela exiguidade de tempo, em vista o início da Sessão em plenária.

Assim, o FUNARPEN, por seu Presidente, foi novamente interpelado a responder diversas questões, notadamente de ordem quantitativa, desta feita por escrito, nos termos do ofício em anexo, junto ao qual se encontram as respectivas respostas. Em suma, destaca-se na resposta fornecida pelo gestor do referido Fundo de que haveria, atualmente um passivo de R\$ 12.000.000 (doze milhões), face ao insuficiente suporte financeiro do Fundo para o ressarcimento devido aos Registradores, considerando os atos gratuitos praticados por estes desde junho de 2002 até presente data. A conclusão do mencionado dirigente foi de que, por falta de previsão de novas fontes de receitas, o Fundo não suportaria o impacto para suportar o acréscimo de ressarcimento proposto no projeto.

Em 2004, o subregistro de nascimento estimado para o País de 16,4%, o que significou, aproximadamente, 550 mil crianças sem a certidão de nascimento no período considerado para o cálculo do subregistro. Portanto, ainda são necessárias as campanhas de mobilização do Plano Nacional para a Erradicação do Subregistro.

A Lei nº 765 de 14/07/49, ainda em parte recepcionada pela atual norma constitucional, trata do registro de nascimento e sua gratuidade. No entanto, tanto a Lei nº 6015, de 31/12/73, que dispõe sobre os registros públicos, como a Lei nº 9165, de 12/02/96, que regulamento o inciso LXXVII, do artigo 5º da Constituição Federal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9534, de 10/12/97, tratam da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

Por isso é preciso ter um cuidado redobrado para não retroceder, inviabilizando um Fundo específico para remunerar estes serviços prestados de forma gratuita, por força de lei, pelos Registradores Civis de Pessoas Naturais. Confundir as finalidades destes recursos previstos em lei própria, primeiramente tem impedimentos de ordem formal, pois é preciso ter clareza sobre a diferença entre as serventias judiciais e as extrajudiciais, sendo aqueles órgãos do Poder Judiciário, cabendo a este a privativa iniciativa de toda a normatização.

Ainda que não se admita nesta Comissão rejeitar a iniciativa por estas razões, ficou patente a falta de recursos do Fundo para atender a nova demanda proposta, sob pena de prejudicar um caminho ainda em curso, o de fazer com que todos os brasileiros tenham os seus documentos básicos de cidadania.

O problema, portanto, também é de ordem de receita. Aventou-se em estender a aplicação da cobrança de selos também na distribuição dos feitos judiciais. No entanto, isso naturalmente jamais poderia partir de iniciativa Parlamentar.

Subliminarmente, e até mesmo ostensivamente nos ofícios encaminhados, atendendo às indagações desta Comissão, ficou patente o pleito de aumentar-se a receita do Fundo, que o projeto original não traz, ao menos diretamente. No entanto, evidentemente que o curso normal, com uma eventual aprovação da proposta em exame, seria o aumento dos selos, e jamais no valores externados com os rápidos cálculos realizados por alguns dos presentes á reunião realizada no dia 27 de fevereiro último. Senão vejamos, as custas de uma separação ou divórcio pode atingir até R\$ 609 (seiscentos e nove reais), pela tabela dos Atos dos Escrivães de Família. E mais, a ampla maioria dos feitos importa em valor de causa que atinge o valor máximo das custas.

O mais grave é que a proposta é um evidente casuismo, para o que uma lei jamais deve se prestar. Como se poderá conceder um benefício apenas para quatro escrivães da capital. Embora não esteja expresso no texto, basta conhecer a estrutura do Judiciário paranaense para verificar a finalidade da presente proposta.

Também foi oficiado o escrivão da 4ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com indagações sobre a movimentação processual, receitas e despesas e tabela de custas, que foi respondido pelos titulares das quatro serventias da Capital, conforme cópia de ofício também em anexo.

No dia 13/03/08 o ora relator apresentou novo requerimento, aprovado por esta Comissão, com pedido de encaminhamento de ofício à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, solicitando informações, nos termos da cópia em anexo bem como, para o pronunciamento deste órgão do Poder Judiciária Estadual, fiscal de todo o serviço judicial e extra no Estado, a cerca do projeto de lei ora em exame. A resposta, também com cópia em anexo, de lavra do ilustre Desembargador Leonardo Lustosa, foi de preocupação e indignação! Primeiramente protesta pela invasão de competência da matéria, posto que a proposta parlamentar versaria sobre remuneração de serviço auxiliar do Poder Judiciário, reservada privativamente no Tribunal de Justiça, quanto à sua iniciativa. Considera ainda grave o fato de o projeto desconsiderar a história incapacidade do FUNARPEN de custear a integralidade dos atos gratuitos do Registro Civil de Pessoas Naturais, aumentando desmedidamente a despesa do Fundo sem previsão da receita correspondente.

Destaca que a natureza jurídica dos recursos arrecadados pelo FUNARPEN “é de emolumentos (taxas de serviços) pagos pelos usuários dos serviços notariais e registrais em geral, estando o seu recolhimento adstrito ao custeio de atos de registro civil. Valores que, pela destinação específica, não podem ser desviados para a remuneração de serviços de cartórios judiciais, ainda que no âmbito de assistência judiciária, pois que esta ao Estado compete prestar”. Aduz ainda que a justificativa do projeto invoca a baixa rentabilidade das escriturarias das Varas de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no entanto, não menciona - expressamente - “vir a pretendida modificação em benefício somente das quatro escriturarias de família da Capital, mas em detrimento de centenas de Oficiais de Registro Civil com renda muitas vezes inferior.”

Informou, por final, o ilustre Corregedor, que as quatro escriturarias mencionadas somente não mais percebem rendimentos dos cofres públicos, desde junho/05, por força da Resolução nº 3157/05 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ante o disposto na Lei nº 14506/04. Porém o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná junto à Procuradoria Geral da República, pela inconstitucionalidade formal, frente à Constituição Federal, das Emendas nºs 007/00 e 019/07 à Constituição Estadual, bem como do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Estadual nº 14506/04. Em sendo declarada a inconstitucionalidade das referidas normas, será restabelecida a remuneração antes paga.

Por derradeiro, noticia que se encontra em estudos na Corregedoria-Geral da Justiça um estudo a ser encaminhado oportunamente à apreciação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, que poderá resultar em um projeto de lei de iniciativa deste Poder, que “institua fundo de custeio do serviço judiciário que permita assegurar o integral cumprimento do disposto no artigo 5º, inciso LXXXIV, da Constituição Federal.”

Por mera liberalidade deste Relator e do Presidente desta Comissão, ilustre Deputado Edson Strapasson, ambos mantiveram encontro, na última quarta-feira, no Tribunal de Justiça, com o Corregedor-Geral, a fim de obter mais detalhes, mormente sobre os estudos em curso e antes noticiados quanto ao custeio do serviço judiciário, que poderá resultar em uma solução definitiva à questão dos serviços gratuitos prestados nos cartórios do Judiciário Estadual.

II - Voto do Relator

Em que pese não ser de competência desta Comissão de Finanças analisar aspectos de constitucionalidade e juridicidade das proposições distribuídas à mesma, tendo em vista o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, impõe-se um breve comentário, ante as informações colhidas por este Relator e demais membros deste colegiado no presente projeto de lei.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 236 que os servidores notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

O referido dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei Federal nº 8935, de 18/11/94, denominada Lei dos Cartórios. Ainda a Constituição Federal dispõe no parágrafo 2º, do mesmo artigo 236, que lei federal estabelecerá normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. A lei a que se refere este dispositivo constitucional é a Lei nº 10169, de 29/12/00, a qual estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, no entanto remete aos Estados Federados a fixação do valor destes emolumentos. E nesta mesma Lei Federal, em seu artigo 8º, se estabeleceu que os Estados, assim como o Distrito Federal, estabeleceriam formas de compensação aos registradores civis de pessoas naturais pelos atos gratuitos, por eles praticados, conforme estabelecido em lei federal. Ante esta disposição legal, o Estado do Paraná criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, através de Lei Estadual nº 13228, de 18/07/01.

O Brasil historicamente sofreu do subdesenvolvimento da cidadania no País, onde se destaca o subregistro de expressiva parcela de brasileiros, que significa a ausência de identificação e de reconhecimento do indivíduo pelo Estado. E em parte ainda padece deste mal, que importa em obstáculo para o acesso aos benefícios e serviços públicos, como direitos básicos de saúde, de educação de informação e de justiça. Os fatores que contribuem para tanto são geográficos, tecnológicos, de políticas institucionais, mas sobretudo sócioeconômicos.

E sendo mais claro: seria uma irresponsabilidade aprovar uma lei que, na prática, se não fosse declarada inconstitucional ou dada negativa de vigência, importa em obrigar que qualquer cidadão, inclusive os mais pobres, de qualquer região do Paraná, que necessitam, por exemplo, autenticar as cópias de seus documentos pessoais, para buscar em emprego, paguem mais por tais atos dos Tabelionatos, a fim de resolver um problema de quatro escrivães da Capital!

O problema existe, mas a solução não deve ser apresentada pelo projeto de lei em exame. Propugnamos pela realização de outros estudos, como os em curso no Tribunal de Justiça, para fins de atender um problema que atinge todo o serviço auxiliar do Poder Judiciário, através de todas as serventias, embora alguns com mais intensidade.

Oportunamente convém a realização de uma audiência pública onde se discuta toda a Justiça gratuita como instrumento de democratização do acesso ao Judiciário, no qual deverão participar representantes do Poder Judiciário, do Poder Executivo e deste Legislativo.

Em face destas considerações, somos pelo parecer contrário ao Projeto de Lei nº 836/07.

Sala das Comissões, em 02/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1201, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado**, com veto contrário do Deputado Stephanes Júnior. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 836/07.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1175, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1176, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1181 e 1182, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1190, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1177, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1178, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero dizer aos Srs. Deputados e ao Presidente da figura que foi José Mugiatti Filho. Deputado de Arapongas, companheiro do Deputado Waldyr Pugliesi deixa viúva a Sra. Margarida. Uma vida limpa, um Deputado que honrou esta Casa, foi Líder do PMDB, foi Presidente do PMDB. Tive o prazer de trabalhar com ele no seu gabinete do MDB e como 2º Secretário, tendo sido Diretor desta Casa, nós éramos Oposição e cabia ao MDB a 2ª Secretaria. Como sempre coube à Oposição. Foi um Deputado dos mais corretos que esta Casa teve. Um exemplo. Um jurista, pegava os projetos, levava para casa e estudava cada um com a maior competência e lisura.

Faleceu ontem e deixa uma lacuna para aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ele. Privaram da sua amizade e da sua família.

Em nome de todos os Deputados o nosso voto de saudade a este grande Deputado, que honrou a política, a cultura, a advocacia. Deixou marcas pela sua passagem neste casa e honrou a família, o Direito, a cultura. Teve uma vida limpa, um homem que serve de exemplo a todos os paranaenses e a todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado**.

Requerimento nº 1179, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1153 a 1155, 1187 a 1189, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1157 a 1173, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1185, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1186, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1193, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1195, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Rejeitado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1196, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva**.

Requerimentos nºs 1197 e 1198, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1201, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1201-A, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **À Comissão Executiva**.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 485/09, 080/10; e do Projeto de Resolução nº 011/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 619 e 630/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 055/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portarias**

PORTARIA Nº 0397/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4102, datado de 13/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

designar o servidor MARIO JOSE RAUEN DE BACELLAR FILHO, matrícula nº 40690, para prestar serviços junto à Diretoria Geral, a partir de 05/04/10.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0405/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3335, datado de 01/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

comunicar que a funcionária ANDREIA GOIS MACIEL, matrícula nº 6001, retornou às atividades em 31/03/10, após usufruir da licença maternidade concedida pela Portaria nº 214/09.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0406/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3817, datado de 09/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo IZABEL CONCEIÇÃO S. DE OLIVEIRA CRISTO, matrícula nº 611, de 02 (dois) dias, a partir de 05/04/10, com término em 07/04/10, CID 10 Z 09.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0407/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4294, datado de 16/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo IZABEL CONCEIÇÃO S. DE OLIVEIRA CRISTO, matrícula nº 611, 40 (quarenta) dias, a partir de 12/04/10, com término em 22/05/10, CID 10 Z 48 e D 25.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0408/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3277, datado de 31/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - mandar averbar, na ficha funcional em favor de LUCIMAR FERREIRA DAS NEVES, funcionária do Quadro de Pessoal desta Assembleia Legislativa, matrícula nº 40872, portadora do RG nº 4.261.534-0 e CPF 724.261.369-87, ocupante do cargo de Técnica Administrativa, nível NTB-02, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Cleiton Kielse:

- 1- o tempo de 11 meses e 17 dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal, relativo a serviços prestados em que trabalhou nas seguintes empresas nos respectivos períodos: de 22/01/88 a 22/04/88 (03 meses e 01 dia) em que trabalhou na empresa Vitória Cinematográfica Ltda.; de 01/06/89 a 16/02/90 (08 meses e 16 dias) em que trabalhou na empresa Yerbelatina Ltda.; e de 01/04/90 a 20/12/92 (02 anos, 08 meses e 20 dias) em que trabalhou na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, já descontado o tempo em paralelo;
- 2 - 06 meses, para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 248, da Lei Estadual nº 6174/70, relativo ao dobro de uma licença especial não usufruída, no período de 21/12/92 a 21/12/1997;
- 3 - anotar a contagem de tempo de 20 anos, 11 meses e 28 dias de tempo de contribuição, em assento funcional.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0410/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3823, datado de 09/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ROSA MARIA BASSETI MORAES, matrícula nº 40335, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do

cargo de Consultora Jurídica, nível NUE-03, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Cleiton Kielse, a contagem, a partir do dia 12/04/10, de 26 anos, 07 meses e 11 dias relativo ao tempo de serviço prestado nesta Casa Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/04/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

Atas de Comissões

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Ademir Bier. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 619/09 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 630/09 de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ADEMIR BIER - Presidente

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Jonas Guimaraes. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 127/10. O Sr. Presidente

coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 127/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Deputado Jocelito Canto apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 167/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 167/10 de autoria do Poder Executivo. Objetiva dar nova redação aos dispositivos da Lei nº 16372/09. Regularização de cargos em comissão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 731/09 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, na forma da emenda anexa - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 733/09 de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Presidente determina que sejam entregues cópias da resposta de deligência da presente matéria a todos os Deputados presentes. O Sr. Deputado Jocelito Canto apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 062/10 e 081/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 062/10 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 081/10 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer Favorável do Deputado Jocelito Canto - REJEITADO. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Reni Pereira, Artagão Júnior, Francisco Bühner, Caíto Quintana e Luiz Carlos Martins votaram contrário ao parecer. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício e Duílio Genari votaram favoravelmente ao parecer. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta voto em separado contrário, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO, com voto contrário do Deputado Duílio Genari. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Resolução nºs 009/10 e 010/10 e ao Projeto de Lei nº 118/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de Resolução nº 009/10 de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. 08) Projeto de Resolução nº 010/10 de autoria da Comissão Executiva. Exonera servidores lotados em cargos e funções de provimento em comissão no Poder Legislativo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Antonio Anibelli. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Ademar Traiano. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Presidente começou a reunião pela apreciação dos projetos de lei não votados oriundos do requerimento de preferência de votação aprovado na última reunião; 01) Projeto de Lei nº 118/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 134/10 de autoria do Deputado Chico Noroeste. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri e Nereu Moura SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Artagão Júnior apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 110/10 e 111/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 110/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 111/10 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 080/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 080/10 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri e abstenção de votação do Deputado Reni Pereira; 06) Projeto de Lei nº 468/09 de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Chico Noroeste; 07) Projeto de Lei nº 733/09 de autoria do Tribunal

de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 048/10 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro - Altera dispositivos da Lei nº 11054/95. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 061/10 de autoria do Deputado Wilson Quinteiro. O Sr. Deputado Reni Pereira, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto ao PROCON - PR - DEFERIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 071/10 de autoria do Deputado Wilson Quinteiro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 038/10 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição Veto nº 014/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 12) Proposição Veto nº 014/10 de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 528/09, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 064/10 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 073/10 de autoria da Deputada Beti Pavin. Parecer do Deputado Reni Pereira pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 079/10 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 004/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 004/10 de autoria do Poder Executivo - Altera e inclui dispositivos da Lei nº 10799/94. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
Ana Andretta - Secretária